

Adesão da Venezuela ao Mercosul: polêmica já no primeiro passo

Mesmo antes da chegada ao Congresso do acordo de integração da Venezuela ao Mercosul, assinado na semana passada em Caracas, a decisão gera polêmica e divide parlamentares governistas e oposicionistas.

PÁGINA 9



Os presidentes Lula, Kirchner e Chávez comemoram a entrada da Venezuela no bloco econômico

MARCELLO CASAL JR./ABR

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XII — Nº 2.411/88 — Brasília, 10 a 16 de julho de 2006

EDIÇÃO SEMANAL

— cidadania

Registro é a garantia do direito autoral

Obras literárias, músicas, desenhos e *websites* são exemplos de criações que podem ser registradas para a proteção da autoria. Veja no *Especial Cidadania* como assegurar seus direitos autorais.

PÁGINA 16

Fundeb é aprovado com mudanças e volta à Câmara

PÁGINA 3

Projeto corrige distorção do imposto sobre salários atrasados

PÁGINA 10

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 13

FRASES

Página 13

VOZ DO LEITOR

Página 13

ACONTECEU NO SENADO

Página 15



EVELSON DE FREITAS/FOLHA IMAGEM

Único país da América do Sul a divulgar sua opção tecnológica, Brasil quer levar sua escolha ao Mercosul

O caminho até a TV digital, após opção por tecnologia japonesa

A escolha do padrão japonês para o sistema de televisão digital no Brasil define apenas a parte tecnológica da questão. São necessárias ainda decisões para sua implementação, como as regras da radiodifusão

digital e o modelo de negócios para a TV nacional. Presente no processo decisório, o Congresso examinará inclusive o acordo entre o Brasil e o Japão, podendo alterá-lo ou mesmo rejeitá-lo.

PÁGINA 8

Orçamento impositivo e LDO podem ser votados

O Legislativo toma esta semana **decisões** que vão influenciar a elaboração do Orçamento para 2007. Na segunda-feira, o Senado pode votar proposta que torna **obrigatória** a execução orçamentária. Na terça, o Congresso examina a lei que estabelece **diretrizes** para o próximo ano.

PÁGINA 7

CPI vai a Cuiabá ouvir membros da máfia das ambulâncias

Integrantes da CPI dos Sanguessugas vão a Cuiabá ouvir, nesta segunda-feira, a assessora do Ministério da Saúde Maria da Penha Lino, acusada de

intermediar esquema de compra de ambulâncias superfaturadas. Na terça-feira, depõem Luiz Antonio e José Darci Vedoin, empresários apontados como chefes da quadrilha.

PÁGINA 11



CÉLIO AZEVEDO

Para agilizar ações, CPI promete tomar poucos depoimentos e priorizar a análise de documentos, como os enviados pela PF

gendagendaendagen agenda gendagendaendagen

Senado compatibiliza votação com eleições

Após reunião na terça-feira passada com o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, e os líderes das duas Casas do Legislativo, o presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou a agenda de votações até as eleições de outubro.

– Nós vamos fazer tudo para compatibilizar o funcionamento normal do Congresso com as eleições. Este é um ano atípico, nós tivemos crise política, excesso de medidas provisórias, dificuldades nas duas Casas. Mas isso não nos tem impedido de deliberar.

Conforme levantamento feito pela Agência Senado, mais da metade dos senadores disputará as próximas eleições, em cargos executivos ou em busca da reeleição para o mandato na Casa. São 46 candidatos, sendo 22 a governador, dois a presidente da República – Heloísa Helena (PSOL-AL) e Cristovam Buar-



Renan conversa com ACM, Alvaro e Tuma (D): ano atípico, de campanha eleitoral, não vai impedir deliberações do Congresso

que (PDT-DF) – e dois a vice: José Jorge (PFL-PE), na chapa de Geraldo Alckmin (PSDB), e Jefferson Péres (PDT-AM), na chapa de Cristovam. Além disso, os senadores estarão empenhados na campanha eleitoral, tanto pela reeleição do presidente Lula, quanto pela vitória de candidatos da oposição.

– Estamos convocando sessões

deliberativas para esta segunda-feira e para as primeiras semanas de agosto e setembro. É um esforço para compatibilizarmos as votações com as eleições – garantiu Renan, ao afirmar ainda que a CPI dos Sanguessugas não terá dificuldades para trabalhar em julho porque já existe precedente no Legislativo de funcionamento de CPI no recesso.

Relações comerciais entre Brasil e China em debate

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai realizar audiência pública nesta terça-feira, às 10h, para debater a situação das relações comerciais entre o Brasil e a China. Entre os convidados para o debate estão o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan; o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid; e o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando de Queiroz Monteiro Neto. Na segunda parte da reunião, os senadores vão votar projetos, entre os quais está o PLC 20/06, que cria a Super-Receita, unificando a Secretaria da Receita Federal e a Secretaria da Receita Previdenciária.

PEC muda trâmite para apreciação de vetos

Na sessão deliberativa da última terça-feira, transcorreu a primeira sessão de discussão da proposta de emenda à Constituição (PEC 57/05) que visa permitir que os vetos presidenciais a projetos de lei aprovados pelo Congresso sejam apreciados separadamente pelo Senado e pela Câmara dos Deputados. A PEC, de autoria de Marco Maciel (PFL-PE), está na pauta da próxima sessão deliberativa do Plenário, marcada para esta segunda-feira. A aprovação da proposta, que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a partir do relatório do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), vai permitir maior agilidade ao trâmite dos vetos presidenciais no Congresso.

Presidência

Renan afirma que manifesto enriquece debate sobre cotas

Ao receber, na terça-feira passada, um manifesto de movimentos de promoção da igualdade racial em favor de cotas universitárias para negros, o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que iniciativas como essas são valiosas para enriquecer o debate do assunto e aperfeiçoar o modelo de reparação brasileiro. Renan, ao lado do presidente da Câmara, Aldo Rebelo, recebeu o documento do senador Paulo Paim (PT-RS) acompanhado de diversos deputados.

Recentemente, foi entregue a Renan, por artistas e representantes do meio acadêmico, um manifesto contra a criação dessas cotas. O documento, assinado por artistas e intelectuais, amparava-se no argumento de que as cotas aprofundam a desigualdade racial no país. Presente ao encontro da última terça-feira, o antropólogo José



Frei David Santos: manifesto pelas cotas tem apoio de intelectuais e professores

Jorge Carvalho ressaltou que o manifesto contra as cotas é uma iniciativa isolada, nascida no Rio de Janeiro.

O frei David Santos, coordenador da rede Educafro, disse, por sua vez, que o manifesto em favor das cotas tem o apoio de 425 intelectuais, professores e estudantes de todo o país.

ONG quer presença do Senado em seminário sobre desburocratização

Conhecido por sua luta pela desburocratização das relações entre Estado, empresas e sociedade, o presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu, na última quarta-feira, em seu gabinete, o presidente do Instituto Hélio Beltrão (IHB), João Geraldo Piquet Carneiro, um dos mais conhecidos estudiosos do assunto. Piquet Carneiro quer a participação do Senado na realização de um seminário, marcado para novembro e patrocinado pelo IHB, que visa estabelecer agenda com uma série de propostas para subsidiar o Brasil

no desafio de tornar mais simples as regras que disciplinam a administração pública, o negócio empresarial e a vida do cidadão.

O seminário vai discutir ainda a prevenção à corrupção e deve receber representantes de diversas universidades brasileiras, da Organização das Nações Unidas (ONU), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), além de membros do Legislativo, Executivo e Judiciário e do terceiro setor.

Comissões

SEGUNDA-FEIRA

CPI DOS SANGUESSUGAS

Diligência – Um grupo de parlamentares vai a Cuiabá, onde está detida a ex-assessora do Ministério da Saúde Maria da Penha Lino. Também será ouvido Darci José Vedoin, dono da Planam – empresa que vendia ambulâncias superfaturadas a prefeituras.

TERÇA-FEIRA

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Comércio Brasil-China – Senadores, representantes das indústrias e o ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, e o secretário da Receita, Jorge Rachid, participam de audiência sobre as relações comerciais entre o Brasil e a China.

Super-Receita – Em votação o projeto de lei que cria a Super-Receita, colocando sob a mesma estrutura administrativa os auditores fiscais e previdenciários.

10h – EDUCAÇÃO

Estágios – A comissão analisa projeto de lei que permite o uso dos recursos do FAT para financiar estágio remunerado em empresas e universidades; proposta que torna obrigatório o ensino de Direito Internacional Humanitário nas escolas e academias militares; e atos de outorga e renovação de concessões para exploração de serviços de rádio e de TV.

10h – INFRA-ESTRUTURA

Bloqueio de celular – Em debate, a obrigação do bloqueio de sinal de celular em penitenciárias e a indicação de Josef Barat para o cargo de diretor da Anac.

10h30 – COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO

Avaliação de metas – Está marcada audiência com o secretário do Tesouro Nacional, Carlos Kawall Leal Ferreira, para avaliação das metas fiscais do primeiro quadrimestre de 2006.

11h30 – MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Auditorias – Além de auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre irregularidades em obras realizadas com recursos públicos, está em pauta projeto que estende a todos os clientes de serviços contínuos (como os de telefonia) as vantagens oferecidas em novas adesões. Os senadores também analisam proposta de campanha de advertência sobre os riscos de escassez de água.

15h – MISTA DE SANEAMENTO

Relatório – Discussão do relatório final.

QUARTA-FEIRA

10h – ASSUNTOS SOCIAIS

Doação de órgãos – Projeto que regulamenta a doação de órgãos no caso de doadores anencéfalos está em pauta.

Plenário

SEGUNDA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

Orçamento impositivo - Na pauta, a PEC 22/00, que obriga o governo a cumprir a lei orçamentária.

TERÇA-FEIRA

12h - Sessão do Congresso

LDO - Análise do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007.

14h - Sessão deliberativa

Esforço concentrado - Os senadores devem analisar a agenda

9h30 – RELAÇÕES EXTERIORES

Acordo – Em pauta, acordo entre Brasil e Bélgica para evitar dupla tributação, e substitutivo ao projeto que determina o uso obrigatório de colete salva-vidas em helicópteros que operem sobre grandes extensões de água.

mínima acordada para votação antes do recesso.

QUARTA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

Eleição - Eleição da Comissão Representativa do Congresso, que responde pela Casa durante o recesso parlamentar, de 18 a 31 deste mês.

QUINTA-FEIRA

14h - Sessão não-deliberativa

SEXTA-FEIRA

9h - Sessão não-deliberativa

14h30 – CPI DA EMIGRAÇÃO ILEGAL

Relatório – Parlamentares analisam e votam o relatório do deputado João Magno (PT-MG), que prevê medidas para assegurar os direitos de cidadania dos brasileiros que vivem no exterior e punição aos aliciadores.

PLENÁRIO Fundeb passa pelo Plenário de forma unânime, mas agora precisa de nova votação na Câmara dos Deputados

Plano paga para pais de criança internada em UTI

Planos de saúde deverão incluir a cobertura das despesas de acompanhantes de recém-nascidos, lactentes e crianças internados em unidades de terapia intensiva (UTIs) ou similar. É o que prevê o projeto de lei do Senado (PLS 174/00) do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) aprovado pelo Plenário.

Ao apresentar o projeto, Pontes alegou que os planos de saúde têm dado interpretação à norma legal no sentido de que, em caso de permanência em unidade de tratamento in-

tensivo, não há necessidade de pais e responsáveis ficarem no hospital.

Essa interpretação dos planos de saúde, ressalta Luiz Pontes, ao dificultar a permanência de pais junto a crianças internadas em unidades de terapia intensiva, interfere negativamente em seu processo de recuperação.

Devido ao recebimento de emendas na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a matéria será encaminhada para redação final.

Normas de vestibulares serão mais transparentes

Projeto apresentado para dar maior transparência aos processos seletivos para ingresso em cursos superiores de graduação (PLC 89/05) – os vestibulares –, foi aprovado pelos senadores na semana passada. De autoria do deputado Lobbe Neto (PSDB-SP), a proposta vai à sanção presidencial.

O texto acrescenta ao artigo 44 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) parágrafo estabelecendo que as instituições de ensino superior serão obrigadas a divulgar a relação nominal dos classificados e a ordem de classificação, bem como o cronograma de chamadas para

matrícula, de acordo com critérios para preenchimento das vagas constantes do edital.

O autor argumenta que os estudantes, na busca por uma vaga, enfrentam uma disputa acirrada e com frequência têm dificuldade de obter com clareza informações sobre seus resultados, sua classificação no conjunto dos candidatos e sobre a perspectiva de serem ou não chamados para matrícula.

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ), relator na Comissão de Educação (CE), defendeu a aprovação lembrando que o texto atual da LDB não detalha os requisitos a serem cumpridos na seleção.

Nova regra para multas por excesso de velocidade

A aplicação das multas por excesso de velocidade passará a estabelecer qual o nível de gravidade da infração: médio, grave ou gravíssimo, de acordo com projeto de lei da Câmara (PLC 28/04) do deputado Beto Albuquerque (PSB-RS), aprovado pelo Plenário do Senado. O projeto que altera o artigo 218 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), vai agora à sanção presidencial.

A alteração no CTB consiste na redefinição dos tipos de infração com base no estabelecimento de três patamares de velocidade.

O primeiro patamar abrangerá as velocidades com até 20% de excesso em relação à máxima permitida na via (médio); o segundo, aquelas que excederem a velocidade permitida em mais de 20% e até 50% (grave); e o terceiro nível os excessos superiores a 50% (gravíssimo).

Os três patamares fixados seriam aplicados indistintamente a todas as vias.

O deputado Beto Albuquerque considera desproporcional e equivocado o critério estabelecido no Código de Trânsito, por punir da mesma forma um condutor flagrado ao trafegar a 97km/h e outro, a 140km/h ou mais, numa via com velocidade máxima permitida de 80km/h.

Penas mais severas para quem agredir mulheres

De autoria da Presidência da República, o projeto de lei da Câmara (PLC 37/06) que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher foi aprovado pelo Senado. A relatora, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), explicou que o projeto torna mais rígidas as punições para os agressores, criando uma vara judiciária especial para tratar desse tipo de crime.

Entre outras inovações que a senadora considera que poderão contribuir para a redução dos casos de violência doméstica está a proibição da aplicação de penas alternativas. As agressões só poderão ser punidas com prisão.

A proposta define violência doméstica e familiar contra a mulher como qualquer ação ou conduta baseada na relação de gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico.

Elaborado a partir de diretrizes assumidas pelo Brasil em diversos tratados internacionais, o projeto prevê o atendimento da vítima por equipe composta por profissionais de áreas externas ao meio jurídico, como médicos, psicólogos e assistentes sociais.



Dezenas de senadores fizeram questão de manifestar posição favorável à aprovação do Fundeb

Senado aprova novo fundo para educação

Com a unanimidade dos 57 senadores presentes, o Plenário aprovou o substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) à proposta de emenda à Constituição (PEC 9/06) que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb). Devido à aprovação de um substitutivo, a proposta, que teve como relator na CCJ o senador José Jorge (PFL-PE), volta agora à Câmara dos Deputados. Diversos dispositivos da PEC ainda dependerão de regulamentação em lei.

Embora a Constituição determine dois turnos de votação em Plenário para aprovação de uma PEC, um esforço concentrado dos senadores, mediante acordo de lideranças, permitiu que a proposta de criação do Fundeb fosse aprovada pela Casa com a realização de várias sessões extraordinárias em um mesmo dia.

A aprovação do Fundeb pelo Senado é uma das matérias mais esperadas pela sociedade e pelos parlamentares neste primeiro semestre. A expectativa é que o fundo amplie de 31 para 48 milhões o número de crianças atendidas pela educação básica, aumente substancialmente os recursos para financiar o ensino

básico e a participação da União no fundo, além de melhorar a distribuição do dinheiro entre os entes federativos.

– É certo que o financiamento não é condição suficiente para resolver os problemas da educação brasileira, mas é uma condição necessária. A instituição do Fundeb representará um passo inicial para melhorar a educação brasileira, mas é preciso lembrar que o Fundeb não se constitui em programas para a educação e sim em um instrumento financeiro para implementá-las, com uma melhor distribuição de recursos entre os entes federativos – disse o relator José Jorge.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, e o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), louvaram o trabalho de José Jorge. Diversos outros senadores também enalteceram a atuação do relator.

Cristovam Buarque (PDT-DF) ressaltou que o Fundeb é melhor do que nada, mas está longe da mudança que precisa ser feita na educação brasileira. Por sua vez, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) classificou o projeto como o mais importante desta legislatura, por promover melhorias em um problema estrutural brasileiro. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), lembrou que o Fundeb é um aprimora-

mento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), implementado pelo governo Fernando Henrique.

Já o senador José Agripino (PFL-RN) considerou um insulto recente declaração do presidente Lula na qual ele insinuava que os parlamentares estariam atrasando a votação do novo fundo, enfatizando o esforço feito pela oposição para viabilizar a aprovação da matéria. Heloísa Helena (PSOL-AL) argumentou que o governo faz demagogia com o Fundeb, que, segundo ela, tem pouca participação da União, uma vez que será constituído principalmente por recursos dos próprios estados.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou temer que a União não cumpra a transferência de recursos aos estados, como estaria acontecendo atualmente com a Lei Kandir. Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) manifestou preocupação com a indefinição da fonte dos recursos da União para complementar o fundo.

Também se manifestaram favoravelmente à proposta os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Patrícia Saboya (PSB-CE), Ideli Salvatti (PT-SC), Wellington Salgado (PMDB-MG), Leonel Pavan (PSDB-SC), Eduardo Suplicy (PT-SP), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Flávio Arns (PT-PR).

Expectativa é que número de matrículas aumente de 31 para 48 milhões

Contribuições da União são fundamentais

O Fundeb irá substituir o atual Fundef, aprovado em 1996 e vigente desde 1998. A principal diferença entre os dois é que, enquanto o anterior se destinava unicamente ao ensino fundamental, o Fundeb estenderá seus recursos para todo o ensino básico, que inclui, entre outros, a educação infantil e o ensino médio.

A partir da promulgação dessa emenda constitucional, será criado em cada estado e no Distrito Federal, com vigência para os próximos 14 anos, fundo contábil composto com 20% da receita de uma cesta de impostos, entre

eles o ICMS, IPVA, ITR, e o IPI para exportação e os fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM), além de transferências da União.

O fundo aumenta a participação de recursos federais para o ensino básico, obrigando a União a complementar os fundos dos estados e do Distrito Federal. A PEC fixa a complementação por parte do governo federal de R\$ 2 bilhões no primeiro ano de vigência do Fundeb, R\$ 3 bilhões no segundo ano, R\$ 4,5 bilhões no terceiro ano e, a partir do quarto ano, 10% da soma das receitas dos

fundos referentes ao ano anterior. De acordo com o relatório, a complementação atual da União é da ordem de R\$ 400 milhões. O contingenciamento desses recursos será ainda enquadrado como crime de responsabilidade da autoridade competente.

Outra inovação do Fundeb é a valorização do trabalho dos educadores da rede pública (conceito a ser definido em lei), ao garantir a implantação de planos de carreira e de um piso profissional salarial nacional para os educadores que ingressarem na carreira por concurso público.

PLENÁRIO Aprovada primeira parte do trabalho da comissão criada para melhorar regras de funcionamento da Casa

Senado começa reforma do regimento



Relatório de Tião Viana amplia o acesso à palavra em Plenário e altera critério de definição de bancadas

Entre as mais de 50 matérias aprovadas pelo Senado na última terça-feira, há uma que altera o funcionamento da Casa. Trata-se da primeira parte do trabalho que vem sendo realizado desde abril de 2005 pela Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno, o Relatório Parcial nº 1, convertido em projeto de resolução.

Os principais objetivos do projeto (PRS 27/06), entre outros pontos, são definir o quantitativo das bancadas, para o efeito de ocupação de cargos em comissões, com base nos números da data de diplomação dos eleitos; limitar o uso da palavra, para permitir a participação de um número maior de senadores; aperfei-

çoar o procedimento de tramitação conjunta de proposições; e fixar o início da ordem do dia (momento da sessão plenária destinado à votação de matérias) para as 16h.

O senador Tião Viana (PT-AC), relator da comissão, explica que a ampliação do acesso à palavra se dará pelo aumento do período destinado aos pronunciamentos (hora do expediente) de 90 para 120 minutos, por uma lado, e, por outro, pela limitação da intervenção dos líderes a uma única vez por sessão. O projeto, que vai à promulgação, também estabelece que haverá restrição à liberalidade no uso do tempo pelos oradores: o presidente da sessão somente poderá ampliar o

prazo de pronunciamento por um ou dois minutos. Depois disso, o som do orador será cortado.

Quanto à tramitação de matérias em conjunto, o princípio, explica o relator, será "simples e claro": terá prioridade a proposição apresentada com maior antecedência, para evitar "subjativismos ou manobras".

Viana também trata, em seu relatório, da mudança do critério de definição de bancadas. "Entendemos que o resultado das urnas deve ser prestigiado, e a maneira de fazê-lo é contemplar, na definição da bancada, o quantitativo da data de diplomação dos eleitos", defende o senador. A comissão especial é presidida pelo senador Marco Maciel (PFL-PE).

Prazo maior para quitação de dívidas

O Senado acolheu projeto da senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) que estende de 31 de maio até o último dia deste ano o prazo para que estados, municípios e o Distrito Federal regularizem suas contas e quitem eventuais dívidas com instituições financeiras. Sem esses ajustes, novos pedidos de empréstimos não podem ser aprovados.

Na justificativa da proposta (PRS 35/06), a senadora argumenta que é "necessário dar tempo a estados, DF e municípios para que se adaptem ao novo e mais amplo sistema de controle" da Secretaria do Tesouro Nacional. Segundo ela,

é comum que um desses entes seja considerado inadimplente – e, portanto, sem condições de contratar empréstimos – em situações nas quais somente um de seus órgãos apresenta dívida, às vezes de valor irrisório.

Isso ocorre, lembra Iris, porque os entes federados são compostos pelas suas respectivas autarquias, fundações e estatais, além de seus fundos e órgãos de administração direta. Em razão disso, ressalta, uma instituição de um estado não pode contratar empréstimo quando outra instituição desse mesmo estado está inadimplente.

A Resolução 43/01, do Se-

nado exige, para que estados, municípios e DF possam contratar operações de crédito, a apresentação de certidões que atestem a regularidade junto ao Programa de Integração Social (PIS), ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), ao Fundo de Investimento Social (Finsocial), à Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

O projeto aprovado altera os artigos 16 e 21 da Resolução 43/01, do Senado.

Aprovado crédito para viabilizar Pan 2007

Quatro pedidos de créditos extraordinários enviados ao Congresso por meio de medida provisória foram aprovados em Plenário. O primeiro (MP 286/06), de R\$ 250,5 milhões, destina-se aos ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte. A matéria vai a promulgação.

Foram alocados R\$ 140 milhões para o Ministério da Justiça, que irão viabilizar ações preventivas de segurança pública e a implantação de infra-estrutura dos Jogos Pan-Americanos e Para-Pan-Americanos de 2007.

O Ministério da Previdência deverá receber R\$ 26 milhões para

custeio do processamento de dados de benefícios previdenciários e aparelhamento de agências do INSS. Ao Ministério do Esporte caberão R\$ 84,5 milhões para obras no Parque Olímpico, palco de competições do Pan 2007.

Em seguida, o Plenário do Senado acolheu projeto (PLV 17/06) apresentado à MP 287/06, que liberou R\$ 361 milhões para o Ministério dos Transportes – sendo R\$ 199 milhões para recuperação de rodovias e desapropriação de áreas para construção da Ferrovia Transnordestina, e outros R\$ 162 milhões para infra-estrutura de portos. A matéria vai à sanção

presidencial.

Também foi aprovado crédito de R\$ 738 milhões (MP 289/06) em favor dos ministérios do Desenvolvimento Agrário (R\$ 118 milhões) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (R\$ 120 milhões) e de operações oficiais de crédito (R\$ 500 milhões).

As verbas destinadas aos dois ministérios vão viabilizar a compra de produtos da agricultura familiar no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Já a MP 290/06 destina R\$ 1,7 bilhão a dez ministérios, à Presidência da República e a encargos da União.

Estados são beneficiados com empréstimos

Oito projetos de resolução autorizando contratação de crédito externo por estados e um outro pela Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), empresa da Petrobras no Rio Grande do Sul, foram aprovados pelo Plenário e seguem para promulgação.

As proposições de interesse dos estados foram acolhidas com emenda do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), permitindo, em caráter excepcional, a assinatura dos contratos fora do prazo previsto na legislação (180 dias anteriores ao exercício do mandato dos sucessores). Pelo prazo em vigor, vencido dia 3 passado, os governadores não poderiam assinar tais empréstimos.

O primeiro a ser votado, no valor de US\$ 106,25 milhões, pedido junto a instituição bancária italiana, gerou discussão, uma vez que Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) denunciou que os recursos poderiam ser utilizados eleitoralmente pelo governador do Tocantins, Marcelo Miranda (PMDB).

Por essa razão, Eduardo propôs emenda – rejeitada – incluindo a obrigatoriedade de o Tribunal de Contas da União acompanhar a aplicação dos recursos, destinados à construção de 70 pontes.

Pelo segundo projeto, o Mato Grosso do Sul poderá contrair empréstimo de US\$ 28 milhões junto ao Fundo Financeiro da Bacia do Prata (Fonplata). Uma terceira proposta acolhida permite ao Pará contratar empréstimo no valor de US\$ 42,67 milhões.

Foi aprovado para a Bahia empréstimo no valor de US\$ 12 milhões, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, destinado ao financiamento do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado. Já o Ceará terá crédito de US\$ 37,5 milhões, junto ao Banco Mundial, e de US\$ 17,25 milhões, pelo grupo MLW Intermed Handels.

Para a Refinaria Alberto Pasqualini foi autorizado empréstimo de R\$ 852,6 milhões, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES).

Projeto limita penhora de máquinas agrícolas

O Plenário acolheu, em votação simbólica, projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que proíbe a penhora de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas pertencentes a produtores rurais ou empresas que atuam no setor. No entanto, poderá haver penhora se as máquinas tiverem sido objeto de financiamento e estiverem vinculadas a garantia, ou se responderem por dívida de natureza alimentar ou trabalhista.

O projeto será submetido a votação suplementar no Senado, seguindo para exame da Câmara dos Deputados. A proposta acrescenta o inciso XI ao artigo 649 do Código de Processo Civil (Lei 5.869/73), que trata das situações em que não pode haver penhora de bens.

Os senadores optaram por aprovar substitutivo que Marcelo Crivella (PRB-RJ) apresentou ao projeto de Simon durante a discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O senador gaúcho havia apresentado sua proposta



Projeto de Simon foi aprovado com mudanças, para assegurar financiamentos

em 1999, mas teve a tramitação demorada porque alguns parlamentares afirmavam que, sem as exceções da garantia, a medida na prática iria impedir que os bancos financiassem a compra de máquinas agrícolas.

Os integrantes da CCJ concordaram então com uma frase adicional no substitutivo de Crivella, tratando das exceções. "Do jeito que estava, não passava", assegurou o relator depois da votação da semana passada.

Incentivos ao cinema nacional são prorrogados

Duas propostas vinculadas ao setor de audiovisual também foram aprovadas pelo Plenário na semana passada. Uma delas é o projeto de lei da Câmara (PLC 47/06) que alterou a Medida Provisória 2.228/01 para prorrogar o prazo de concessão de incentivos fiscais destinados ao desenvolvimento da indústria cinematográfica.

Assim, estendeu-se até 31 de dezembro de 2010 a possibilidade de deduzir do Imposto de Renda (IR) devido os investimentos em obras cinematográficas brasileiras de produção independente, por meio da aquisição de cotas de direito de comercialização das mesmas.

Pela proposição, que vai à sanção presidencial, os projetos a serem beneficiados por esses incentivos deverão contar com a aprovação prévia da Agência Nacional do Cinema (Ancine).

A matéria estabelece ainda que até 2010, quando o benefício deverá ser extinto, as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real poderão deduzir do IR devido parcela do valor correspondente às aplicações em cotas dos Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (Funcines).

A exemplo do anterior, o PLS 361/05, que segue para a Câmara, amplia o prazo dos incentivos fiscais para obras cinematográficas de produção independente definido pela MP 2.228/01.

Embora também exija aprovação prévia da Ancine aos projetos a serem beneficiados, o texto estende até 2016 o prazo para dedução do IR devido dos investimentos na compra de cotas de comercialização dessas produções independentes.

PLENÁRIO Lei vai à sanção e ministro do Trabalho diz que governo não teme vetar aumento para benefícios do INSS

Reajustes para os trabalhadores

Em votação simbólica, com a presença de 53 dos 81 senadores, o Plenário do Senado aprovou o aumento do salário mínimo de R\$ 300 para R\$ 350 desde o dia 1º de abril. O reajuste foi concedido por meio de medida provisória (MP 288/06), acolhida na forma de projeto de lei de conversão (PLV 18/06) apresentado pelo relatora, senadora Iris de Araújo (PMDB-GO).

A proposta já foi encaminhada à sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O projeto de conversão tem um parágrafo, introduzido pelos deputados, que estende o mesmo percentual de reajuste do salário mínimo (16,67%) a todos os aposentados e pensionistas do INSS que ganham mais que um salário mínimo.

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, no entanto, anunciou, na semana passada, que o governo “não tem medo” de vetar o aumento de 16,67% dos aposentados do INSS.

Esta é a segunda vez que os senadores aprovam aumento de 16,67% para os aposentados. Na primeira, há pouco mais de



Plenário registrou alto quórum: senadores foram favoráveis ao reajuste do salário mínimo e das aposentadorias pagas pelo INSS

dois meses, o Plenário do Senado acolheu emenda do senador Paulo Paim (PT-RS) ao examinar a MP 291/06, que dava reajuste de 5% para os aposentados do INSS. A matéria voltou ao exame dos deputados por causa da mu-

dança e está prestes a ser votada pela segunda vez.

Apenas o senador João Ribeiro (PL-TO) discutiu em Plenário a MP do salário mínimo, quando defendeu a aprovação do projeto sem mudanças, inclusive

com o parágrafo introduzido pelos deputados. Nenhum líder partidário se manifestou sobre a matéria.

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), disse à imprensa “que caberá ao presidente

Lula decidir” se veta ou não os 16,67%. Recentemente, o presidente afirmou que a diferença entre os 5% propostos pelo governo e os 16,67% do Congresso custariam cerca de R\$ 7 bilhões por ano.

Mudança na profissão de jornalista volta à Câmara

A exemplo do reajuste do salário mínimo, o Senado aprovou, também com uma emenda (por isso, retorna à análise da Câmara), projeto que atualiza o decreto-lei que regulamenta o exercício da profissão de jornalista. A matéria (PLC 79/04), do deputado Pastor Amarildo (PSC-TO), discrimina e classifica novas atribuições e atividades privativas desses profissionais.

Quando o Decreto-Lei 972 foi editado, em outubro de 1969, a atividade jornalística se institucionalizou, mediante a exigência de diploma de nível superior para a obtenção do registro profissional.

A polêmica sobre a obrigatoriedade do diploma se estende até os dias atuais, mas o fato é que, embora a legislação tenha sido submetida a revisões, o decreto se encontra, como observou o deputado Pastor Amarildo, “completamente desatualizado” diante do sur-

gimento de novos veículos e novas formas de atuação no âmbito da comunicação social.

O projeto aprovado diversifica as funções, incluindo novas figuras não apenas dentro dos veículos de imprensa tradicionais, como o produtor jornalístico, mas também fora deles, como o professor de jornalismo e o assessor de imprensa.

Também acrescenta outras atribuições às funções que já eram reconhecidas (como repórter e editor, por exemplo), sempre relacionadas às ferramentas trazidas pelo advento da internet e das tecnologias de uma forma geral.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que relatou a matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), observou que ela é fundamental para assegurar aos jornalistas garantias plenas no exercício da profissão, prerrogativas necessárias à liberdade de imprensa e à busca da verdade.

Aumento para servidores militares e do Itamaraty

Projeto de lei da Câmara (PLC 17/06) que concede aumentos e faz mudanças nos planos de carreira de algumas categorias de servidores públicos foi acolhido pelo Plenário do Senado. Serão beneficiados pela medida diplomatas, oficiais de chancelaria e assistentes de chancelaria; funcionários do Hospital das Forças Armadas (HFA); e juiz-presidente e juízes do Tribunal Marítimo.

Transcorreu ainda a terceira sessão de discussão da proposta de emenda constitucional (PEC 30/02) que muda as regras da inelegibilidade. Pela PEC, substitutos do presidente, dos governadores e dos prefeitos que assumirem nos seis meses anteriores ao pleito não serão inelegíveis se a soma das substituições no período não exceder a 15 dias.

Aeronáutica redimensiona pessoal para se modernizar

Enviado pela Presidência da República, projeto de lei da Câmara (PLC 138/05) que fixa os efetivos da Aeronáutica em tempo de paz foi aprovado pelo Senado e vai à sanção do presidente da República.

A Força Aérea fará um corte de mil cabos e soldados e de 3.200 taifeiros, mas aumentará em 11 os oficiais-generais; em 375 o número de oficiais superiores; em 200 os oficiais intermediários e subalternos; e em mil os suboficiais e sargentos.

Tais alterações, explica o governo, vão adequar o perfil da Aeronáutica às demandas atuais, considerando, entre outros fatores, a incorporação de modernos sistemas de armas e de novas organizações militares. As mudanças também reduzirão as despesas com pessoal.

Projeto sobre vigilante volta à Câmara

A regulamentação da profissão de agente de segurança privada foi aprovada pelo Plenário com a votação favorável dada ao projeto de lei da Câmara (PLC 48/03). Como recebeu uma emenda na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a matéria volta à Câmara dos Deputados.

Segundo o parecer da CCJ,

as novas normas poderão garantir maior segurança para os vigilantes e melhorar os seus serviços.

Poderão atuar como agentes de segurança privada os maiores de 18 anos com ensino fundamental completo e sem antecedentes criminais que tiverem sido aprovados em curso de formação de vigilantes e possuem

registro no órgão competente. Os trabalhadores que já tiverem começado a exercer a profissão antes da publicação da lei, no entanto, não precisarão cumprir tais exigências.

Os vigilantes necessitarão também realizar, a cada dois anos, exames médicos, psicológicos e psicotécnicos, além de cursos de reciclagem.

APRENDIZES - Os menores aprendizes, de 14 a 18 anos, com contratos de trabalho de aprendizagem firmados com empresas, têm agora assegurada a conclusão do ensino médio. Esse é o resultado da aprovação pelo Plenário do PLC 49/05. Atualmente, para que os contratos de aprendizagem tenham validade, é exigida a matrícula e a frequência dos aprendizes à escola, caso não tenham concluído apenas o ensino fundamental.

DIA DO RADIALISTA - O Senado Federal aprovou o PLC 3/06, que institui o Dia do Radialista em 7 de novembro, data de nascimento do compositor, músico e radialista Ary Barroso. O autor do projeto, deputado Sandes Júnior (PP-GO), argumenta que, além de prestar uma homenagem no ano do centenário de nascimento de Barroso e, por extensão, aos profissionais do rádio, a data reconhece a importância desse meio de comunicação.

ANO DA JUVENTUDE - O PLC 137/05, que institui 2006 como o Ano da Juventude, dos deputados Maurício Rabelo (PL-TO) e Almir Moura (PFL-RJ), foi aprovado pelo Plenário. O texto prevê, ao longo de 2006, ações específicas do poder público voltadas para a juventude brasileira. Entre as propostas para contemplar os jovens estão o incentivo ao primeiro emprego e ao ensino superior, além de acesso a bens culturais e à iniciativa científica e tecnológica.

HOMENAGENS - O Senado acolheu projeto de lei da Câmara (PLC 14/06) que institui 2006 como Ano Nacional dos Museus. Em outro projeto acolhido pelo Plenário, os senadores homenagearam o falecido sociólogo petista Florestan Fernandes. O PLC 25/06 declara Florestan Fernandes “patrono da Sociologia brasileira”. As duas propostas de iniciativa da Câmara dos Deputados serão enviadas agora à sanção presidencial.

DIREITOS IGUAIS - Senadores e senadoras também passarão a ter o direito de gozar das licenças à gestante, ao adotante e paternidade já asseguradas pela Constituição aos trabalhadores da iniciativa privada e aos servidores públicos. O Plenário aprovou projeto de resolução (PRS 23/06) da senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), para inserção desses benefícios no Regime Interno do Senado Federal (Risf). A matéria segue agora à promulgação.

BALANÇO Excesso de medidas provisórias prejudicou trabalhos do Plenário, que aprovou leis importantes

Além das CPIs, 574 matérias votadas



Em ano de eleições que envolvem renovação de mandatos no Senado, a análise e aprovação de matérias são concentradas principalmente no primeiro semestre da sessão legislativa. No caso de 2006, os meses de janeiro a junho foram bastante agitados, em especial com o andamento de quatro comissões parlamentares de inquérito (CPIs) e o grande número de medidas provisórias que trancaram a pauta no Plenário.

Ainda assim foram aprovadas 123 matérias na convocação extraordinária de 16 de janeiro a 14 de fevereiro e 451 no período ordinário, entre propostas de emenda à Constituição, projetos de lei, MPs, requerimentos, mensagens e pareceres. Para alguns senadores, os resultados poderiam ser melhores.

– Apesar do grande esforço das comissões, as votações no Plenário foram prejudicadas pelo grande número de medidas provisórias, que em um ano eleitoral atrapalham muito o ano legislativo – afirmou o senador José Jorge (PFL-PE).

Já o senador Flávio Arns (PT-PR) aponta avanços, como a aprovação, na semana passada, da proposta de emenda à Constituição que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação

Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), e que agora volta à Câmara dos Deputados.

– Algumas proposições importantes ainda deverão ser votadas neste segundo semestre, como a Lei do Ato Médico – completou Flávio Arns.

Mas, para o senador, o semestre não rendeu mais devido ao grande trabalho concentrado nas CPIs (Correios, Bingos, Mensalão e Emigração Ilegal, sem falar na recém-criada CPI dos Sanguesugas) e à obstrução da pauta no Plenário.

– As CPIs levantam fatos que precisam ser investigados, mas acabam prejudicando os trabalhos legislativos, especialmente quando se cria um debate eleitoral em torno delas – avaliou.

Entre as principais propostas aprovadas pelo Senado no semestre passado estão a minirreforma eleitoral, a repactuação das dívidas dos agricultores do Nordeste, o reajuste da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física, o pacote de projetos antiviolência, a gestão de florestas públicas, a reforma infraconstitucional do Judiciário, a ampliação do ensino fundamental para nove anos, a redução do recesso parlamentar e o fim da ajuda de custo para congressistas nas convocações extraordinárias.

MPs obstruíram 81,8% das sessões de votação na Casa

Elas continuam sendo o “terror” do Plenário. Não é para menos. No primeiro semestre do ano, as medidas provisórias trancaram a pauta em 54 dos 66 dias de sessão deliberativa ordinária (entre janeiro e julho), nada menos que 81,8% do tempo previsto para votações de matérias.

Isso acontece porque as medidas provisórias, editadas pelo Executivo, passam a trancar a pauta no 46º dia após sua publicação e entram em regime de urgência, subseqüentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas todas as demais matérias até que ocorram suas votações.

Como a Câmara utiliza a maior parte dos 45 dias disponíveis para análise e votação, o Senado acaba tendo tempo reduzido para avaliar as medidas.

Para Heloísa Helena (PSOL-AL), nem mesmo alterações no rito das MPs provocarão mudanças significativas enquanto não forem observados realmente os critérios de urgência e relevância, exigidos pela Constituição.

– Medida provisória só deve ser editada em casos de calamidade e caos social que exijam uma resposta ágil do Legislativo – disse.

Romeu Tuma (PFL-SP) reclama que o governo sufoca o Congresso com um número exagerado de MPs. Para ele, é fundamental que sejam estabelecidas rapidamente regras mais rigorosas para a edição de medidas provisórias.

– Essa obstrução da pauta causa a humilhação do Congresso Nacional, que acaba ficando sem legislar – observou Tuma.

Dezenove medidas provisórias votadas

Somente este ano, os senadores votaram 19 medidas provisórias. Outras quatro chegarão à Casa obstruindo a pauta, por estarem com o prazo de tramitação no Senado vencido.

A MP 291/06, por exemplo, que define o reajuste dos benefícios da Previdência Social a partir de abril deste ano, ainda tramita na Câmara, mas deveria ter chegado ao Senado no dia 11 de maio.

Seu prazo final no Congresso – os 60 dias – seria encerrado em 11 de junho, mas, com a possibilidade de prorrogação, a medida poderá ser analisada até 24 de agosto. Outras 15 MPs (de 295/06 a 309/06) já chegaram à Câmara e aguardam votação pelos deputados.



Balanço do primeiro semestre mostra que as CPIs não impediram a produção legislativa

Resposta rápida contra a criminalidade

O agravamento do problema da segurança pública levou os senadores a darem prioridade a uma série de projetos que tentam inibir ou minimizar a violência no país. Somente no primeiro semestre deste ano foram aprovados dez projetos de lei – já encaminhados à Câmara – que compõem um “pacotão” sobre segurança pública.

Os senadores consideram o conjunto de projetos uma resposta rápida de combate à criminalidade, especialmente nos últimos meses, quando ocorreu uma série de rebeliões em presídios e ações criminosas de grupos como o Primeiro Comando da Capital (PCC). A facção paralisou a capital paulista entre os dias 12 e 15 de maio com atentados em boa parte orquestrados graças ao uso de telefones celulares, que, apesar de proibidos, ainda circulam livremente nos presídios.

Entre os projetos aprovados está o PLS 179/05, do senador Demostenes Torres (PFL-GO), que institui o regime de segurança máxima para presos envolvidos em organizações criminosas.

O senador, que já atuou na promotoria em Goiás, também conseguiu aprovar o PLS 474/03, que aumenta os prazos de prescrição de diversos crimes; o PLS 186/04, que determina que as penas que já tiverem sido reduzidas ao período máximo de privação de liberdade (30 anos) não poderão ser novamente reduzidas; e o PLS 140/05, que permite usar bens dos presidiários para reparar danos causados por rebeliões.

Para Demostenes, o país carece de uma lei eficiente que defina o que é crime organizado e uma legislação que trate do tráfico de drogas.

– O tráfico corrompe grande parte da juventude. É preciso que sejam tomadas medidas preventivas e repressivas duras quanto a isso – afirmou.

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) disse esperar que seja aprovado esta semana, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, seu projeto (PLS 137/06) que obriga empresas operadoras do serviço móvel pessoal a instalar bloqueadores de sinais nas penitenciárias estaduais e federais.

Investigações simultâneas em várias frentes

Há uma semana, o presidente e o relator da CPI dos Bingos, senadores Efraim Moraes (PFL-PB) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), entregaram ao procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, o relatório final que pede o indiciamento de 79 pessoas e quatro empresas investigadas em quase um ano de funcionamento da comissão.

Esse foi o fecho do trabalho de inquérito parlamentar que começou com a análise de irregularidades nas loterias estaduais e federais, mas que acabou por abranger uma série de outras denúncias, como o esquema de corrupção em Santo André (SP), que teria ocasionado a morte do então prefeito Celso Daniel; a máfia do lixo em Ribeirão Preto (SP); e o financiamento de campanhas políticas, entre outras.

Iniciada em junho do ano passado, após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), a CPI dos Bingos incomodou principalmente os governistas, já que boa parte das denúncias envolveu pessoas ligadas ao PT, como o ex-ministro da Fazenda Antônio Palocci.

Quase no mesmo período, os senadores também participaram



Garibaldi Alves (E) e Efraim Moraes entregam ao procurador-geral o relatório da CPI dos Bingos: 79 pessoas podem ser indiciadas

da CPI dos Correios, que apontou a compra de apoio político pelo Executivo – o mensalão – e a ingerência do governo nos fundos de pensão, além de também ter incluído membros da cúpula petista entre os indiciáveis.

Presidida pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS), a CPI pediu o indiciamento de mais de 40 pessoas, entre elas os ex-dirigentes petistas José Genoíno, Delúbio Soares e Sílvio Pereira; os ex-ministros Luiz Gushiken e José Dirceu; a cúpula do Banco Rural; parlamentares ligados aos repasses do valeriodu-

to; o empresário Marcos Valério e o publicitário Duda Mendonça.

Nesta semana, deverá ser votado o relatório final da CPI da Emigração Ilegal, que apurou crimes e outros delitos praticados contra brasileiros que entraram ilegalmente nos Estados Unidos e em outros países.

Há três semanas, mais uma CPI foi iniciada: a dos Sanguessugas, criada para investigar denúncias de uso de recursos do Orçamento da União para a compra de ambulâncias com preços superfaturados.

O estorvo das medidas provisórias

66 dias de sessão deliberativa ordinária (janeiro a junho)

54 dias de pauta trancada por medidas provisórias

Por causa disso, apenas 18% das sessões tiveram votação

ORÇAMENTO

Orçamento impositivo pode ser votado nesta segunda

O Plenário do Senado poderá votar nesta segunda-feira proposta de emenda constitucional (PEC 22/00) do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que tornará o Orçamento federal impositivo, ou seja, o presidente da República será obrigado a executá-lo, sob risco de incorrer em crime de responsabilidade.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, respondendo a uma indagação de Antonio Carlos, informou ao Plenário que a proposta entrará em votação nesta segunda-feira à tarde.

Antonio Carlos apresentou a proposta há seis anos, inconformado com os contingenciamentos de verbas decididos desde o final da década passada pelos presidentes. Ele ressaltou que hoje o chefe do Executivo "faz o que quer com o Orçamento que sai do Congresso". O senador acusa o governo de contingenciar principalmente emendas feitas pelos deputados e senadores, liberando depois as verbas ao longo do ano, dependendo da atuação política dos parlamentares que as apresentaram.

A emenda estabelece situações

em que o presidente da República ainda poderá contingenciar ou cancelar verbas orçamentárias, mas antes o Congresso deve concordar com a intenção presidencial. O presidente só poderá pedir cancelamentos até agosto e deve apresentar razões de natureza técnica, econômico-financeira ou jurídica que o impedem de cumprir o Orçamento. O pedido poderá ser feito em qualquer mês nas situações de calamidade pública ou que prejudiquem a arrecadação.

A emenda do senador também impõe novas condições ao Congresso. Exemplo: deputados e senadores terão de votar o Orçamento até o final de dezembro. Se não o fizerem, não poderão iniciar o recesso de início de ano. Hoje, não existe tal obrigação e tem se tornado comum a votação da lei orçamentária nos primeiros meses do próprio ano da sua execução, o que prejudica a máquina pública.

Se aprovado pelo Plenário, o orçamento impositivo enfrentará uma segunda votação no Senado e depois seguirá para a Câmara dos Deputados.

LDO sofre pressão por mudanças no texto

Na última semana antes do recesso parlamentar e com sessão do Congresso marcada para esta terça-feira, às 12h, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ainda depende de acertos finais para ser votado. O relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), tem cobrado o acordo que assegurou a votação do projeto na Comissão Mista de Orçamento (CMO): de que o texto seria mantido no Congresso. Mas as pressões de última hora para modificar o relatório partem do próprio Executivo.

Uma delas abre uma brecha na LDO para autorizar professores de universidades federais a prestar consultoria para outras áreas do setor público. O pleito foi encaminhado pelo Ministério da Educação por intermédio do presidente da CMO, deputado Gilmar Machado (PT-MG). A medida atingiria até professores com dedicação exclusiva. "Quero legalizar os processos para acabar com os jeitinhos", defende Machado.

Para isso, Jucá terá de mudar



Romero Jucá tem cobrado acordo de que o texto aprovado na Comissão de Orçamento seria mantido pelo Congresso

o texto do seu substitutivo, por meio de adendo a ser votado no Plenário. Mas ele ainda não se posicionou sobre o pleito.

Segundo os consultores de orçamento do Congresso, essa autorização na LDO de 2007 abriria um precedente "perigoso", porque outras categorias poderiam solicitar privilégio semelhante.

Machado também quer negociar com o relator a inclusão de um dispositivo que obrigue o Exe-

cutivo e o Judiciário a prestar contas dos seus gastos com viagens, a exemplo do Legislativo, que divulga as despesas dos parlamentares via internet. O presidente da CMO está empenhado ainda em votar na comissão a criação de um comitê para acompanhar obras com indícios de irregularidades apontados pelo Tribunal de Contas da União. O senador Leomar Quintanilha (PCdoB-TO) é cotado para coordenar o comitê.

VETOS

Noventa e oito aguardam votação do Congresso

Seis comissões mistas de senadores e deputados estão sendo instaladas para analisar vetos presidenciais do ano passado. Prerrogativa constitucional do Executivo, o veto é a rejeição a trechos de uma lei que é sancionada pelo presidente da República (ou, em alguns casos, à própria íntegra do projeto). Caso não concorde com a posição assumida pelo Executivo, o Congresso Nacional pode derrubar os vetos, por maioria absoluta dos votos dos parlamentares, reunidos em sessão conjunta e com escrutínio secreto.

As novas comissões apreciam vetos que vão desde trechos inteiros da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006 (LDO) a diversos dispositivos da lei que criou a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), passando

bombeiros do Distrito Federal – é um dos que aguardam na fila. O assunto diz respeito a mais de 40 mil servidores da área de segurança, dos quais a metade no serviço ativo. A redação aprovada pelo Congresso deu ao governador do Distrito Federal, no artigo 21, a competência para organizar os órgãos de direção e apoio do Corpo de Bombeiros, porém a Constituição diz que compete à União "organizar e manter" a segurança no DF.

No artigo 22, o veto se deveu ao fato de a nova redação transformar uma vantagem transitória em permanente, ao suprimir do texto a informação de que o benefício pessoal seria absorvido "pelos futuros reajustes", sendo portanto temporária. A Constituição, porém, veda a inclusão de aumento de despesa nos projetos que não sejam de iniciativa do Executivo (a proposição é oriunda da Câmara dos Deputados).

Cães-guia sem monopólio

A Lei 11.126/05 foi sancionada com alguns vetos que em nada comprometem a eficácia das novas regras que permitem aos deficientes visuais circular em locais públicos com seus cães-guia, inclusive no sistema de transporte. Foi vetada apenas a obrigatoriedade de adesão, do proprietário ou do seu adestrador, à Federação Internacional de Cães-Guia: primeiro porque ela não é entidade regulamentadora de profissão pelas leis brasileiras; segundo, porque a Constituição assegura liberdade de associação aos cidadãos.

Maioria dos vetos procura retirar dos textos das leis dispositivos inconstitucionais

Na LDO, supressão de temas polêmicos

Boa parte dos vetos apostos pelo presidente Lula a 23 artigos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2006 se referia a questões que ainda hoje seguem sem solução no cenário econômico e político nacional. Entre elas, destacam-se o reajuste salarial e a implantação de planos de carreira de servidores públicos federais, o ressarcimento das perdas dos estados com a Lei Kandir e a renegociação de dívidas agrícolas.

No caso da proposta de reajuste linear para os servidores federais – inclusive a revisão dos salários acompanhando o crescimento do produto interno bruto (PIB) –, a principal alegação do governo à época foi a falta de recursos. Na semana passada, no entanto, em uma série de medidas provisórias, o presidente da República determinou reajustes para a categoria que vêm sendo questionados pela Justiça Eleitoral.

Um dos pontos que mais criou reações negativas foi o ressarcimento da Lei Kandir. A perda de receita dos estados com a dispensa do pagamento do Imposto



Deputado Gilmar Machado, relator da LDO 2006: pontos sem acordo foram vetados

sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) aos exportadores agrícolas é compensada com repasse de recursos da União. A LDO previa que essa compensação não seria incluída nas despesas correntes primárias da União.

Vários pontos foram incluídos sem negociação com o governo. Por isso nós não tivemos alternativas – explicou à época o deputado Gilmar Machado, relator da LDO, lembrando que o texto só falava em destinar parte

do Orçamento para ressarcir os estados exportadores, sem especificar valores.

Não houve, até agora, uma saída para o impasse que se arrasta há anos e sempre se transforma em um dos mais nevrálgicos pontos de discussão na lei orçamentária anual. A LDO 2007, que pode ser votada nesta terça-feira, torna obrigatória a inclusão no Orçamento do ano que vem de recursos para compensar as perdas dos estados exportadores com a Lei Kandir.

Já a renegociação das dívidas agrícolas, também vetada, representaria, como alegou o presidente, a institucionalização da inadimplência no crédito rural.

A longo prazo, reduziria o montante de recursos para novos financiamentos, podendo inviabilizar o financiamento futuro do próprio setor agrícola – escreveu Lula na mensagem de vetos.

A questão das dívidas agrícolas segue em discussão na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, sem indícios de acordo próximo.

Pequena mudança comprometeria ProUni

O Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) foram transformados em lei no ano passado com vetos a algumas alterações sugeridas pelos parlamentares nos textos das medidas provisórias enviadas pelo presidente da República ao Congresso.

No caso do ProUni (Lei 11.127/05), incentivo para estudantes que tenham cursado o

ensino médio completo na rede pública ingressarem na universidade, o veto foi a duas palavras: a expressão "ou parcial", em referência aos alunos bolsistas nas escolas particulares, poderia gerar, segundo a justificativa de veto, uma distorção nos propósitos do programa.

As bolsas podem ser desviadas do estudante de mais baixa renda, produzindo, no âmbito do próprio programa,

a desigualdade social a ser corrigida – explica o presidente da República na mensagem de veto.

Em relação ao ProJovem, o governo preferiu excluir do texto da Lei 11.129/05 a inclusão de um representante do Poder Legislativo no Conselho Nacional da Juventude, sob a argumentação de que feria a divisão entre os Poderes definida pela Constituição.

TV DIGITAL

Modelo de negócio ainda sem definição

A assinatura do decreto que definiu o padrão japonês para o sistema de televisão digital no Brasil, aguardado há tempos com muita expectativa, encaminhou apenas a parte tecnológica da questão. O modelo de negócios a ser definido para a TV nacional e a utilização do espectro eletromagnético ainda estão em aberto e boa parte das definições ainda pendentes será alvo de debate no Congresso Nacional.

Já tramitam no Senado e na Câmara propostas para melhor regulamentação da radiodifusão digital, como o projeto de lei do senador Flávio Arns (PT-PR) que disciplina o uso do espectro de radiofrequência para radiodifusão televisiva (PLS 189/06). Além disso, o próprio acordo entre o Japão e o Brasil para desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T) terá que ser discutido pelo Legislativo, que pode

alterá-lo e até rejeitá-lo.

O decreto assinado pelo presidente Lula também prevê a formação de um fórum do SBTVD-T, encarregado de assessorar o Comitê de Desenvolvimento que elaborará as especificações técnicas a serem adotadas, que pode ter a participação do Senado.

– Espero que o Senado obtenha participação no fórum para influir nesse processo, pois há muitas questões ainda em aberto – afirmou o consultor legislativo do Senado Rubem Amorese, que presidiu uma comissão da 1ª Secretaria encarregada de acompanhar os debates sobre a TV digital no Executivo.

Ele lembra ainda que está em gestação no governo uma proposta de lei – ou código – de comunicação de massa para atualizar a regulamentação da radiodifusão nacional, ainda regida pelo Código



Aguardada com expectativa, escolha do padrão de TV digital no Brasil foi apenas o primeiro passo para definir como o novo sistema vai mudar a indústria televisiva nacional

Brasileiro de Telecomunicações, de 1962 (Lei 4.117). O texto deve contemplar, por exemplo, o modelo de concessão da TV digital e terá que passar pelo Congresso. Mais além, a própria conversão das atuais concessões às atuais emissoras (Globo, Record, Bandeirantes, SBT, etc.) do padrão analógico para o digital pode ter que ser analisado pelo Congresso, que, de acordo com a Constituição, tem essa prerrogativa.

Brasil quer abrir padrão para atrair sócios do Mercosul

Um dos poucos países do mundo a

adotar o padrão japonês (ISDB-T), o Brasil começa a trabalhar para que os parceiros do Mercosul façam o mesmo.

– Nossa intenção é abrir a tecnologia nacional aos nossos vizinhos do Mercosul e do nosso continente – disse Lula no dia da assinatura do decreto.

Porém, na Argentina, cerca de 70% das recepções são feitas via cabo, e no Chile as negociações até o momento sugerem uma tendência de adoção do sistema europeu ou do norte-americano, por considerarem o sistema japonês mais caro. Até o momento, o Brasil é o único país do continente a divulgar sua opção.

COMISSÕES

CE aprova ética e cidadania em currículos escolares

A Comissão de Educação (CE) aprovou na terça-feira passada, por unanimidade, projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) com a finalidade de inserir no currículo dos ensinos fundamental e médio disciplina dedicada ao desenvolvimento dos valores éticos e de cidadania. De acordo com o substitutivo apresentado pelo relator, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), a proposta integrará a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96).

Pelo projeto de Simon (PLS 63/06), que ainda será examinado em turno suplementar na CE, a nova disciplina deverá incluir, entre outras diretrizes, a defesa do pluralismo, a rejeição de qualquer forma de preconceito ou discriminação e o estímulo à ação comunitária. Esse componente curricular, de acordo com a proposta, também deve estar presente nos cursos que objetivam formar os profissionais de educação.

Crença religiosa poderá ser considerada expressão cultural

A Comissão de Educação (CE) aprovou na terça-feira, por unanimidade, projeto do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) que inclui as crenças religiosas entre as expressões culturais brasileiras. A proposta recebeu decisão terminativa da comissão.

O projeto, explicou o relator, senador Paulo Paim (PT-RS), altera a Lei 8.313/91, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e também visa canalizar recursos do Fundo Nacional de Cultura para as fundações culturais de qualquer natureza e para os templos.

Simon informou que já havia apresentado anteriormente a proposição, que foi arquivada sem análise de mérito. No entanto, disse, como o tema ainda é atual e necessário, voltou a apresentá-la. O senador destacou ainda que a proposta não é similar à disciplina de Educação Moral e Cívica do período da ditadura militar, que apresentava aspectos de autoritarismo.

– A proposta tem por finalidade romper a visão cada vez mais predominante de que a escola deve tão-somente transmitir informações e saberes que tenham utilidade para a vida profissional ou para a continuidade dos estudos – ressaltou Simon.

Na opinião de Cristovam Buarque, o objetivo desse projeto é evitar que se repitam no país crises como a que enfrenta o Brasil neste momento no cenário político. Para o senador, é na infância e na adolescência que se formam os valores do cidadão.

Na mesma reunião, a CE aprovou substitutivo da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) a projeto (PLC 118/05) do deputado Wasny de Roure (PT-DF) que permite que as matérias cursadas em seminários de Filosofia ou Teologia sejam aproveitadas em cursos de graduação.

A CE aprovou ainda o Projeto de Resolução do Senado 2/05, da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), para determinar que as transmissões da TV Senado tenham interpretação para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), de acordo com a Lei 10.436/02.

Conselho discute sexo e nudez na TV

O Conselho de Comunicação Social (CCS) iniciou, na terça-feira, a discussão do relatório da conselheira Berenice Isabel Bezerra com parecer contrário ao projeto do ex-deputado Severino Cavalcanti que classifica como crime a exibição de nudez ou relações sexuais em programas ou anúncios veiculados por canais de TV aberta. A discussão prossegue na próxima reunião, dia 7 de agosto, quando o relatório será votado.

Berenice, que é representante dos artistas no conselho, afirmou que o projeto afronta a Constituição por restringir a liberdade de

expressão. Mas ressaltou que a população deseja participar das decisões sobre o que a família brasileira recebe pela TV.

– É preciso criar instâncias de controle social sobre os meios de comunicação. O anseio da sociedade, captado pelo deputado, não é o anseio moralista, mas sim anseio de participar das decisões a respeito de qual programação de TV a família brasileira está recebendo – disse ela.

Na opinião de Berenice, a Constituição já apresenta no artigo 221 os rumos a serem tomados em relação à programação da TV. A conselheira defendeu,

no entanto, a regulamentação do dispositivo e a aplicação das determinações nele contidas. De acordo com a norma constitucional, a programação deve respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família, e promover a cultura nacional e regional, entre outros princípios.

– É flagrante o descumprimento dos princípios norteadores da programação da televisão brasileira. Isso é claro, quando se vê que semanalmente são exibidos na TV aberta dezenas de filmes estrangeiros e programas que não educam, tampouco são artísticos – disse a conselheira.

Comissão ratifica nome para embaixada na Dinamarca

O estímulo à exportação para a Dinamarca de produtos de maior valor agregado será uma das prioridades do futuro embaixador do Brasil em Copenhague, Georges Lamazière. A mensagem presidencial com a sua indicação para o cargo recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores (CRE) e será agora examinada em Plenário. Lamazière deverá ainda exercer, cumulativamente, o cargo de embaixador na Lituânia.

Foram aprovadas ainda: a indicação do embaixador em Israel, Pedro Coelho, para assumir também a embaixada no Chipre; e a do embaixador em Trinidad e Tobago, Luiz Fernando de Athayde, para assumir a embaixada na Comunidade de Dominica.

Projeto visa regulamentar contribuições sindicais

O senador Paulo Paim (PT-RS) anunciou a apresentação de projeto de lei regulamentando a cobrança das contribuições assistencial, confederativa e similares, de acordo com sugestões recebidas do movimento sindical. O senador fez o anúncio em audiência pública, requerida por ele, da Subcomissão Permanente de Trabalho e Previdência, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que discutiu a proibição do desconto em folha da contribuição assistencial.

Recentemente, o Ministério do Trabalho e Emprego editou a Portaria nº 160, que impede os sindicatos de recolherem a contribuição assistencial de empregados não sindicalizados. Em consequência disso, o Ministério Público do Trabalho tem ajuizado ações contra os sindicatos.

O diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Hélio Gherardi,

explicou que apenas a contribuição sindical permitida pela legislação não é suficiente para cobrir as despesas dos sindicatos, que estão enfrentando dificuldades.

Representando o Ministério do Trabalho, a secretária de Inspeção do Trabalho, Ruth Beatriz Vilela, concordou que é necessário suporte financeiro para que os sindicatos exerçam sua função de defender os interesses dos trabalhadores. Ela observou, no entanto, que o ministério, com a ajuda de seus fiscais, também desempenha esse papel, embora não haja reconhecimento por parte das entidades sindicais. Para ela, a solução dos problemas trabalhistas passa pelo debate entre os sindicatos e os trabalhadores com o Executivo e o Judiciário, e não pelo confronto. A secretária convidou os parlamentares e os dirigentes sindicais para reunirem-se no ministério e debater o tema.

INTEGRAÇÃO Por causa da retórica de Hugo Chávez, polêmica deve marcar discussão sobre novo membro do bloco

Senadores divergem sobre vantagens da inclusão

Antes mesmo da chegada ao Congresso Nacional do protocolo de integração da Venezuela ao Mercosul, a ampliação do bloco econômico, sacramentada na última semana em Caracas (Venezuela), repercutiu no Plenário do Senado. Governistas e opositores já se dividem em relação ao assunto.

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), membro da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, considera que o ingresso da Venezuela pode fortalecer o bloco e ampliar a integração latino-americana.

Ele destaca o potencial de maior intercâmbio entre os países-membros, principalmente do ponto de vista social e comercial, tendo em conta a grande diversidade e riqueza que os integrantes do mercado comum possuem nessas áreas.

– A discussão é controversa, envolve fatores políticos, mas acredito que o ingresso da Venezuela no bloco será aprovado por representar um grande avanço. Poderemos gerar mais riqueza para beneficiar os trabalhadores do Mercosul – previu Mesquita Júnior.

Já o líder da Minoria, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), manifestou preocupação com o novo ingresso no bloco. Na sua

opinião, a adesão da Venezuela, com a agenda política de Hugo Chávez, representa “alto risco” para uma região já combalida economicamente.

O senador pelo Paraná acredita que os venezuelanos terão dificuldades para cumprir os protocolos do bloco em diversas áreas. Ele também condena o que chamou de “postura belicosa” do presidente Chávez contra os Estados Unidos, que traria o perigo de crise e dificuldades para fechar novos acordos comerciais.

O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), por sua vez, destacou que uma aproximação com o mercado venezuelano beneficia em muito seu estado, Roraima, que tem uma extensa fronteira com aquele país.

– O bloco representa agora 76% do PIB de toda a América do Sul: mais de 1 trilhão de dólares. É um passo a mais no fortalecimento econômico do continente – observou.

Romero Jucá prevê, por exemplo, que a importação de combustíveis e insumos agrícolas da Venezuela deve tornar mais competitiva a produção rural roraimense, que, em consequência, teria na nação vizinha um mercado potencial.



Hugo Chávez (com Lula e o presidente argentino Néstor Kirchner): no centro das polêmicas

Entrada da Venezuela no Mercosul em pauta



A cerimônia, em Caracas, de assinatura do acordo para a entrada da Venezuela no

Mercosul é apenas um passo para que a adesão se concretize. Agora, os quatro países que já integram o bloco (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), além da Venezuela, têm que dar seu apoio formal ao acordo, o que significa a aprovação dos seus termos pelos respectivos legislativos, no processo conhecido como “internalização” das normas.

No Brasil, o acordo será encaminhado ao Congresso pela Casa Civil, em forma de mensagem presidencial, com uma exposição de motivos. Imediatamente, a matéria segue para a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM), que deve dar seu parecer, e, então, para as comissões competentes da Câmara. Só ao final da tramitação na Câmara chegará ao Senado.

Os acordos do Mercosul geralmente são aprovados com rapidez no Congresso. Porém, por envolver a figura polêmica do presidente venezuelano Hugo Chávez, há quem preveja debates políticos

acalorados sobre o assunto.

Descartado esse fato, há unanimidade sobre a importância do papel desempenhado pela Venezuela no continente em termos econômicos. Nesse sentido, sua chegada ao Mercosul representa um reforço aos números do bloco (veja quadro).

Mas o ex-embaixador Rubens Barbosa, que coordenou o grupo brasileiro do Mercosul e hoje é consultor na área de comércio internacional, considera que a adesão da Venezuela levou em consideração fatores mais políticos que econômicos.

Barbosa avalia que o debate no Congresso também terá cunho mais político que técnico e, portanto, não será rápido, como manifestações no Plenário do Senado na semana passada já demonstraram (veja matéria ao lado). A previsão se baseia na forte agenda política de Chávez, que em pouco mais de seis meses já propôs a construção de um gasoduto transcontinental, a criação de um banco para o bloco econômico, a formação de forças armadas conjuntas e a captação de recursos por meio da emissão de títulos em

conjunto com a Argentina.

– Ou o Mercosul vai se ajustar à Venezuela ou a Venezuela vai se ajustar ao Mercosul – alertou.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), embora admita a polêmica em torno de Chávez, acredita que “a influência dos demais membros do bloco não permitirá que a agenda ou a retórica do Mercosul seja conduzida pela Venezuela”. Para ele, a entrada do país no Mercosul “é um dos fatos mais significativos da história do bloco”.

Eduardo Suplicy sustenta sua opinião nos indicadores econômicos, comerciais e energéticos do novo membro do Mercosul (veja quadro), o que fortaleceria o poder de negociação com outros blocos regionais.

– Há setores que temem a influência política e ideológica de Chávez. Esses temores não parecem inteiramente válidos – observou Suplicy.

População

24,2 milhões de habitantes (2002)

Produto interno bruto

US\$ 128 bilhões (2005)

3ª maior economia da América do Sul

5ª maior produtor de petróleo do mundo

8ª maior reserva de gás natural do mundo



Representação no Parlamento depende das ratificações

Enquanto os legislativos dos atuais integrantes do Mercosul não aprovarem a adesão da Venezuela, o país não terá representação no grupo parlamentar do bloco. Caso isso não aconteça ou o Legislativo venezuelano não ratifique o acordo de criação do Parlamento do Mercosul até dezembro, a Venezuela não terá representantes no novo órgão, cuja instalação está prevista para aquele mês. Até lá, os parlamentares venezuelanos serão observadores das reuniões, como a que acontece no encontro de cúpula deste mês, em Córdoba, Argentina.

Na última semana, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) esteve na Venezuela, onde presenciou a aprovação, na As-

sembléia Nacional, do acordo de integração ao Mercosul – por unanimidade e sem discussão.

– A exemplo do que aconteceu na última quarta-feira, acredito que os deputados venezuelanos não terão dificuldades para aprovar o protocolo de criação do Parlamento do Mercosul até o fim do ano – avalia Mesquita.

De acordo com o protocolo, em um primeiro momento, cada país integrante do Mercosul terá 18 membros no Parlamento (no caso do Brasil, nove senadores e nove deputados, como acontece com a CPCM). A representação paritária (diferente da definida pelo Parlamento europeu) será substituída pelo critério de proporcionalidade populacional ao final da fase de transição, em 2014.

Parlamento do Uruguai discute a adesão

Não é só no Brasil que a entrada da Venezuela no mercado comum gera polêmica. Na semana passada, a oposição ao presidente uruguaio Tabaré Vázquez pediu a realização de uma sessão extraordinária para discutir os rumos da política exterior do país, assim que o presidente retornasse da Venezuela, onde esteve presente para a assinatura do acordo que integrou o país ao bloco regional.

– Não compartilhamos o caminho que se está empreendendo no que diz respeito à ampliação geográfica do Mercosul com um país do Norte do continente – afirmou em Plenário o senador e ex-presidente do Uruguai Julio María Sanguinetti, para quem o Mercosul está em crise e a incorporação de outro Estado não vai “resolver ou melhorar a situação”.



Palácio Legislativo, sede da Assembléia Nacional do Uruguai: sessão debaterá participação da Venezuela no bloco

COMISSÕES Medidas de proteção ao contribuinte e vantagens previdenciárias para donas-de-casa passam na CAE



Relator do projeto que cria a Super-Receita, Tourinho (E), ao lado de Azeredo, conversa com Eduardo Suplicy durante reunião da CAE, presidida por Luiz Otávio (D)

Imposto sem distorção sobre salário atrasado

Coloque-se na situação de um trabalhador que recebe R\$ 1.500 por mês, ficou cinco meses sem salário e recorreu à Justiça para obter os R\$ 7.500 de pagamentos atrasados. Apesar de ter sido lesado pelo empregador, ainda tem de enfrentar a voracidade do fisco, que, em vez de lhe descontar os R\$ 36,43 mensais de Imposto de Renda ou R\$ 182,15 acumulados nos cinco meses de atraso, abocanha-lhe de uma só vez R\$ 1.559,91, descontados do montante obtido judicialmente. Fora isso, ele tem de esperar a declaração de ajuste anual para acertar as contas e, se for o caso, reaver algum valor. Mesmo assim, se tiver direito a restituição, o valor só passa a ser corrigido no exercício seguinte, quando a Receita Federal começa a devolver o que tributou a mais.

O projeto de lei que pretende acabar com essa injustiça, como classifica seu autor, o senador Paulo Paim (PT-RS), seguiu para a Câmara dos Deputados, depois do parecer ter sido aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), na última terça-feira,

em caráter terminativo. Pelo texto de Paim, endossado por César Borges (PFL-BA) em seu relatório, fica assegurado ao trabalhador o direito de não ter surpresas indesejáveis ao receber os valores atrasados. Ele pagará, conforme o PLS 320/04, a mesma quantia que recolheria mensalmente ao fisco. Qualquer outro acerto deverá ser feito no momento em que o contribuinte fizer a sua declaração de ajuste anual, podendo inclusive programar eventual pagamento à Receita.

Essa medida, se aprovada pelo Congresso, exigirá mudanças operacionais por parte da Receita, que tributa o contribuinte pelo chamado “regime de caixa”, que é a cobrança do imposto no momento em que o contribuinte recebe o dinheiro. Durante a votação do projeto na CAE, Eduardo Suplicy (PT-SP) observou que o Ministério da Fazenda alegou complicações para viabilizar a medida porque não opera pelo “regime de competência”, pelo qual teria condições de

exercer controle sobre os meses em que o tributo deveria ter sido recolhido aos cofres federais.

Foi exatamente essa dificuldade operacional que resultou, em 2002, no veto presidencial à íntegra do PLC 63/01, que propunha corrigir a “injustiça” que Paim tenta acabar com o seu projeto. O governo conseguiu manter o

veto no Congresso, em 2004, como explica César Borges em seu relatório. Uma das razões do veto é que haveria uma diferenciação entre a maioria dos contribuintes, que é

tributada quando do recebimento do rendimento, e “alguns” que seriam tributados no mês de competência. Isso exigiria “que fosse identificada, mês a mês, a competência dos pagamentos que estão sendo feitos, o que, dependendo do tempo já transcorrido, seria impossível”. César Borges rebate esses argumentos e considera a proposta “justa e oportuna”. Paulo Paim lembra que alguns tribunais já proferiram decisão no mesmo sentido do seu projeto.

Proposta que reduz tributo passa na CAE e vai ao exame da Câmara

Senado acolhe gratuidade de serviços ao contribuinte

Não foi apenas a iniciativa de Paim que deu alento aos contribuintes. A CAE também decidiu assegurar a gratuidade de vários serviços. Ramez Tebet (PMDB-MS) deu, no seu parecer, apoio a proposta do deputado Tarcísio Zimmermann (PT-RS), que agora será submetida ao Plenário, acolhendo apenas duas emendas de redação. A proposta original proibia a cobrança de taxa para a Declaração Anual de Isento entregue nas agências dos Correios (R\$ 2,40 por documento) e nos bancos e casas lotéricas (R\$ 1). No entanto, não há cobrança quando a declaração é feita pela

internet. Estão na faixa de isentos os que recebem até R\$ 14.992,32 por ano, que constituem a esmagadora maioria dos contribuintes – 60 milhões em 2005, contra cerca de 22 milhões dos que foram obrigados a acertar suas contas com o fisco em 2006, segundo dados da Receita.

O texto aprovado na Câmara ampliou a gratuidade para outros casos. O contribuinte que declara Imposto de Renda em formulário, cuja entrega tem que ser obrigatoriamente nas agências dos Correios, deixará de pagar R\$ 3,20 por documento. Assim, o projeto assegura a

mesma isenção de tarifa para os que declaram pela internet ou por disquete entregue nos postos da Receita. O projeto também acaba com a cobrança de tarifa para inscrição e recebimento do primeiro cartão do CPF pelos agentes conveniados. Assegura que todo o atendimento para esclarecer dúvidas de pessoa física terá de ser gratuito, proibindo a chamada tarifada pelo 0300 da Receita Fone. E isenta o processo de certificação digital para rastreamento de declaração, um sistema eletrônico que permite ao contribuinte acompanhar a tramitação dos documentos.

Refinaria gaúcha ganha autorização para empréstimo

A Refinaria Alberto Pasqualini, do sistema Petróbras, sediada em Canoas (RS), obteve autorização da CAE para elevar seu limite de endividamento em até R\$ 900 milhões, viabilizando operação de crédito junto ao BNDES. Segundo o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), essa operação corresponde a menos de 30% do custo de projeto de expansão

da produção de derivados de petróleo, dentro de especificações da Agência Nacional do Petróleo e do Conselho Nacional de Meio Ambiente.

Com parecer do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), a CAE também prorrogou até 2010 o fim da dedução no Imposto de Renda de investimentos na produção cinematográfica independente.

Aprovados incentivos ao vínculo previdenciário

Se as estatísticas oficiais estiverem corretas, cerca de 40 milhões de brasileiros vivem à margem do sistema previdenciário, pelos cálculos de especialistas na área. São cidadãos hoje ativos, que trabalham na informalidade. Em 2025, segundo estudos técnicos, irão compor a esmagadora maioria dos idosos de baixa renda, que terão de ser amparados pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), exercendo enorme pressão sobre os gastos sociais da União.

Esse cenário “sombrio”, na visão dos especialistas, vem apontando para a necessidade de mecanismos legais que incluam no sistema previdenciário esse contingente de trabalhadores informais, como empregados domésticos e donas-de-casa. Foi com o objetivo de induzir a formalização dos domésticos que o governo editou a Medida Provisória 284, transformada em lei pelo Congresso e que aguarda sanção presidencial.

No mesmo sentido de inclu-

são no sistema previdenciário, a CAE aprovou na última terça-feira parecer do senador Gilvam Borges (PMDB-AP) a projeto da deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP). Conhecido por incluir as donas-de-casa na Previdência Social, o PLC 25/04 previa o recolhimento obrigatório da contribuição previdenciária.

No Senado, depois de passar pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e receber quatro emendas de Plenário, o novo texto tornou facultativa essa contribuição à Previdência. Segundo técnicos da área, a obrigatoriedade da contribuição poderia colocar na ilegalidade milhares de cidadãos, pela incapacidade de arcar com o recolhimento. O parecer de Gilvam Borges mantém o substitutivo da CAS e as emendas de Plenário.

A contribuição será de pelo menos 20% sobre o salário mínimo para se ter direito à aposentadoria por tempo de contribuição e 11% para quem se aposentar por idade.

Super-Receita ainda não tem acordo para votação

Com prazo exíguo para que governo e oposição possam fechar um acordo, o parecer do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) sobre o projeto de lei que cria a Super-Receita dificilmente será votado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) desta terça-feira. As medidas de proteção ao contribuinte contra atos e decisões do novo fisco, propostas pelos senadores do PSDB Tasso Jereissati (CE) e Arthur Virgílio (AM), aceitas pelo relator, já suscitaram polémica entre técnicos do governo.

No mesmo dia em que foi lido o parecer de Tourinho e concedida vista coletiva aos senadores da CAE, na última terça-feira, os auditores fiscais da Receita Federal se mobilizavam contra algumas dessas medidas. Por meio da sua representação sindical, o Unafisco, eles entre-

garam nota técnica apontando riscos das novas regras aos cofres federais, principalmente no combate à sonegação fiscal. Tourinho, em entrevista ao **Jornal do Senado**, disse estar aberto à negociação e comprometeu-se a analisar o documento do Unafisco. Porém, quer votar seu parecer esta semana.

Pelo menos uma dessas medidas, a que estabelece prazo máximo de um ano para a fiscalização de empresas, dificulta, na avaliação do sindicato, a atuação em grandes grupos empresariais e em operações que envolvam transações internacionais. A fixação de prazo “beneficia a sonegação, muitas vezes encoberta por operações realizadas por meio do sistema financeiro”, registram os auditores. Para Carlos André, presidente do Unafisco, a Receita tem regras contra fiscalizações “infundáveis”.

Parecer de Tourinho gera polémica entre auditores fiscais da Receita

SANGUESSUGAS Parlamentares interrogarão empresários e ex-funcionária do Ministério da Saúde denunciados por fraudes

CPI vai a Cuiabá ouvir acusados

Integrantes da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas estarão em Cuiabá nesta semana para tomar os depoimentos da ex-funcionária do Ministério da Saúde Maria da Penha Lino e dos empresários Luiz Antônio Trevisan Vedoin e José Darci Vedoin. Maria da Penha é acusada de ter sido a intermediária, no Ministério da

Saúde, do esquema de compra de ambulâncias com recursos do Orçamento da União liberados por meio de emendas parlamentares. Luiz Antônio é filho de José Darci, e ambos são apontados como chefes da chamada máfia dos sanguessugas.

Segundo o relator da comissão, senador Amir Lando (PMDB-RO), os depoimentos de Maria da

Penha (marcado para esta segunda-feira) e dos dois empresários (nesta terça-feira) são fundamentais para o aprofundamento das investigações.

– São as figuras-chave desse processo. Não poderíamos conceber a CPI sem ouvir as partes que são o núcleo de todo esse processo de desvio de recursos públicos – disse Amir Lando.

Além do relator, integrarão a delegação que vai a Cuiabá o presidente da comissão, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ); o vice-presidente, deputado Raul Jungmann (PPS-PE); o senador Sibá Machado (PT-AC); e os deputados Fernando Gabeira (PV-RJ) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

De acordo com Amir Lando, a

CPI deverá trabalhar normalmente em julho, mesmo durante o recesso parlamentar, no período de 18 a 31 deste mês.

A idéia é que a comissão de inquérito, instalada em 22 de junho, cumpra a meta de encerrar seus trabalhos em 60 dias, o que ocorreria durante o mês de agosto – portanto, antes das eleições de outubro.



O presidente da CPI dos Sanguessugas, Antonio Carlos Biscaia (C), ao lado do vice, Raul Jungmann (E), e do relator, Amir Lando



Membros da CPI dizem que a exigência de manter inquéritos em segredo prejudica investigações

Inquérito deve se restringir ao Ministério da Saúde

O presidente da CPI dos Sanguessugas, deputado Antonio Carlos Biscaia, afirmou que as investigações conduzidas pela comissão vão se restringir, pelo menos inicialmente, à área da saúde. O esquema envolvia a compra superfaturada de ambulâncias por prefeituras com dinheiro da União liberado por meio de emendas parlamentares.

– Quando você amplia demais as investigações, acaba não alcançando o resultado esperado. Nosso foco agora tem de ser a atuação de parlamentares que, de alguma forma, participaram desse esquema criminoso – disse ele.

O delegado da Polícia Federal em Mato Grosso Tardelli Boaventura e o procurador da República no estado Mário Lúcio Avelar disseram, em depoimento fechado à CPI na terça-feira, que a chamada máfia dos sanguessugas atacou também o Ministério da Ciência

e Tecnologia, especificamente o Programa de Inclusão Digital e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), nas licitações para compra de ônibus destinados a transporte escolar. A revelação do teor dos depoimentos foi feita pelo vice-presidente da comissão, deputado Raul Jungmann, em entrevista à imprensa.

Biscaia afirmou que a possibilidade de a comissão ir além da área da saúde só ocorreria depois das eleições de outubro, já que há um acordo para que o relatório final da comissão seja apresentado num prazo de 60 dias – a CPI foi instalada em 22 de junho.

O presidente da comissão de inquérito informou também que a Controladoria Geral da União (CGU) continua a analisar cerca de 3 mil convênios firmados por municípios para o recebimento de recursos federais.

Parlamentares discutem sigilo com o STF

Membros da CPI dos Sanguessugas querem que o Supremo Tribunal Federal (STF) revogue a decisão de que a comissão mantenha em sigilo os 15 inquéritos contra parlamentares acusados de envolvimento no esquema de compra de ambulâncias superfaturadas para prefeituras com recursos do Orçamento da União. As cópias de parte dos inquéritos e processos que tramitam em segredo de Justiça no Supremo já estão em poder da CPI.

Com o objetivo de discutir o assunto, a comissão terá nesta semana nova reunião com a presidente do Supremo, ministra Ellen Gracie, conforme anunciou na quarta-feira passada o presidente da comissão, deputado Antônio Carlos Biscaia.

Biscaia e vários integrantes do colegiado dizem que a exigência

de sigilo “vem prejudicando os trabalhos da CPI”. Para o vice-presidente, deputado Raul Jungmann, por exemplo, “nenhum parlamentar pode ser responsabilizado no presente ou no futuro pela decisão judicial, caso haja vazamento de informações”.

Já o senador Sibá Machado (PT-AC) disse temer que um eventual vazamento de informações leve a CPI dos Sanguessugas a se transformar em palanque eleitoral. Em entrevista à Agência Senado, o senador comentou que “já sente no ar a intenção de um verdadeiro massacre”, por parte da oposição, contra membros do governo ligados ao Ministério da Saúde e demais órgãos do setor.

A preocupação de Sibá deve-se, entre outros motivos, ao fato

de estar na pauta da próxima semana da CPI uma série de requerimentos de convocação de autoridades, entre eles o de autoria do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) que pede o comparecimento à comissão dos ex-ministros da Saúde do atual governo Humberto Costa e Saraiva Felipe.

– Em retaliação, o deputado Dr. Rosinha pede a convocação de José Serra, ex-ministro da Saúde no governo Fernando Henrique Cardoso – lembrou Sibá Machado.

A CPI já havia notificado, até o fim da semana passada, os 15 parlamentares suspeitos de envolvimento com a máfia das ambulâncias, segundo Biscaia. Ele informou ainda que os parlamentares têm cinco dias úteis, a contar do recebimento da notificação, para apresentar defesa por escrito. Os nomes não podem ser divulgados por causa do sigilo de Justiça.

ÉTICA

Jefferson Péres lamenta desintegração dos valores

Ao comentar entrevista do autor de novelas Sílvio de Abreu à revista *Veja*, Jefferson Péres (PDT-AM) disse que é alarmante constatar a desintegração dos valores morais na sociedade brasileira. Ele lembrou que pesquisa quantitativa da TV Globo sobre a novela *Belíssima* revelou que boa parte das entrevistadas (donas-de-casa) já não valoriza tanto a retidão de caráter.

– Para elas, fazer o que for necessário para vencer na vida é o certo. Os valores morais da nossa sociedade estão em processo de desintegração. A pesquisa mostrou que há mais interesse nos personagens negativos. Os bons foram considerados enfadonhos, chatos e caretas. O que vai ser da nossa sociedade sem princípios éticos? – questionou.

Jefferson Péres concordou com o autor quando ele afirma que esse desvio de conduta tem tudo a ver com os recentes escândalos da política. Para ele, o homem do povo não vê motivos para ser honesto quando políticos roubam e ficam impunes.

Simon anuncia convite a autor de *Belíssima*

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) comunicou ao Plenário que a Comissão de Educação aprovou na terça-feira requerimento de sua autoria para que seja convidado o escritor Sílvio de Abreu, autor da novela *Belíssima*, para falar sobre as pesquisas da TV Globo que indicaram mudanças na ética dos brasileiros. O convite foi motivado por entrevista de Sílvio de Abreu à revista *Veja*, em que ele se diz surpreso com o fato de os brasileiros rotularem pessoas corretas como “chatas” e apoiarem quem luta pelo que quer, mesmo com deslizes éticos.

Simon também manifestou alegria pela aprovação, na mesma CE, de projeto de sua autoria que introduz aulas de ética e cidadania nos cursos fundamental e médio. Elas já foram obrigatórias durante o regime militar pós-64, mas foram desvirtuadas, lembrou. A obrigatoriedade acabou por iniciativa do próprio Simon, que disse ter revisado suas idéias e entende que tais aulas serão importantes para a democracia brasileira.

Saturnino: degradação é reflexo da sociedade

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) defendeu a classe política da acusação de dar mau exemplo à população em matéria de ética e honestidade. Para ele, a degradação hoje verificada entre os políticos é “um reflexo do que ocorre na sociedade”.

A análise de Saturnino foi motivada por discursos dos senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Pedro Simon (PMDB-RS), que comentaram opiniões do autor Sílvio de Abreu à revista *Veja*. Segundo ele, pesquisa constatou degradação da ética entre os brasileiros. Para Saturnino, os valores têm enfraquecido em razão da hegemonia mundial do mercado e sua ideologia do individualismo, do egoísmo e da competição agressiva. Por outro lado, afirmou, desapareceu a referência socialista, com seu foco em igualdade e planejamento. Mas comentando aparte do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que se mostrou esperançoso em relação ao futuro, Saturnino disse que ele também espera um reencontro dos valores éticos pela Humanidade.

PLENÁRIO

Senadores lamentam morte de Dante

Os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Sibá Machado (PT-AC) e Paulo Paim (PT-RS) foram os primeiros parlamentares a se manifestar em Plenário na última sexta-feira para lamentar a morte do ex-governador de Mato Grosso Dante de Oliveira, vítima de infecção generalizada. Como deputado federal, Dante apresentou uma proposta de emenda à Constituição para a volta das eleições diretas no Brasil e deu início ao processo de redemocratização no país, que culminou com a campanha das Diretas Já. “O Brasil está triste, a democracia está triste”, queixou-se Paim. “Sua coragem está cravada na memória de cada brasileiro”, disse Sibá Machado. “Pranteio e sei que isso alcança o coração da Casa como um todo”, afirmou Arthur Virgílio, sufocando as lágrimas.

Na presidência da sessão, Arthur Virgílio apresentou requerimento para a inserção em ata de voto de pesar e para que a mãe, a esposa e os irmãos do ex-governador fossem informados da iniciativa do Senado. O parlamentar comunicou que Antero Paes de Barros (PSDB-MT), Serys Shlessarenko (PT-MT) e Jonas Pinheiro (PFL-MT) representariam o Senado no enterro do ex-governador, em Cuiabá.

– Quero me somar à iniciativa desse requerimento, que não é

só sua, mas de todo o povo brasileiro. Dante de Oliveira era o símbolo do próprio processo democrático – assinalou Paulo Paim.

O senador gaúcho lembrou que, em 1982, acompanhou vários comícios pela realização de eleições diretas, subindo em palanques onde estavam Arthur Virgílio, Leonel Brizola, Luiz Inácio Lula da Silva, Olívio Dutra e Ulysses Guimarães.

– Eu falava como sindicalista, mas, quando se falava no nome de Dante de Oliveira, aquela massa que assistia os comícios tinha o seu momento de mais alta devoção, porque aquele era o autor da emenda das diretas. O Brasil perde um

grande, um brilhante homem público – ressaltou.

Segundo Paim, “no céu, Dante está olhando para cá e dizendo que cumpriu sua tarefa e espera que a gente faça a mesma coisa, na linha de defender a liberdade, a igualdade, a solidariedade e a democracia”.

Também emocionado, o senador Sibá Machado se declarou surpreso pela notícia da morte. O parlamentar recomendou que o requerimento de pesar apresentado por Arthur Virgílio fosse aprovado como um documento de toda a Casa, pois disse ter certeza de que os 81 senadores teriam o



Proposta de Dante de Oliveira mobilizou o país pelas Diretas Já

orgulho de assiná-lo.

– O nome Dante de Oliveira simboliza uma coragem que deve ficar cravada na memória de cada um dos brasileiros por todas as gerações. A contribuição à cidadania e ao processo de redemocratização está acima de qualquer conceituação ideológica e explica o respeito que tivemos e continuaremos a ter pela memória de Dante – destacou Sibá.

Em nota, o senador Tasso Jereissati (CE), presidente nacional do PSDB, também lamentou o falecimento do ex-governador de Mato Grosso, um dos membros do partido.

– Dante de Oliveira foi símbolo da luta pela democracia, que levantou a bandeira da liberdade e da soberania da vontade popular – afirmou Jereissati.

Ex-governador jamais será esquecido, diz Virgílio

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), leu voto de pesar pela morte de Dante de Oliveira. O ex-governador faleceu na última quinta-feira, aos 54 anos, em decorrência de um choque séptico por complicações pulmonares e em razão da diabetes.

– Dante foi um grande brasileiro, um democrata por excelência que honrou seus mandatos e o povo. Seu nome jamais será esquecido pela nossa nação – disse Virgílio.

O senador destacou a trajetória política de Dante de Oliveira, lembrando que ele foi deputado estadual, deputado federal, prefeito de Cuiabá por duas vezes e governador do estado também por duas vezes, além de ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, a partir de 1986, durante o governo José Sarney.

Dante de Oliveira, para Arthur Virgílio, foi um incansável batalhador que terá seu nome inscrito com louvor na história política brasileira, e que dignificou a luta pela democracia com e sem mandato parlamentar. Virgílio solidarizou-se com a família e, em especial, com a deputada Thelma de Oliveira (PSDB-MT), esposa do ex-governador.

Em 1982, como deputado federal, Dante de Oliveira apresentou a proposta de emenda à Constituição que pedia o restabelecimento das eleições diretas para presidente da República e que deu origem, em 1984, ao movimento das Diretas Já. O ex-governador, que era filiado ao PSDB, concorreria em outubro a uma vaga na Câmara dos Deputados.



Arthur Virgílio

José Sarney fala sobre o ministro de seu governo

José Sarney (PMDB-AP) homenageou o ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário do seu governo, Dante de Oliveira, falecido na última quinta-feira, com revelações sobre o período de luta pela redemocratização no país. O senador disse que, ao assumir a Presidência da República, a expressão “reforma agrária” e a palavra “comunista” eram um tabu. Era tão grande o estigma contra o termo “reforma agrária” que a sugestão de nome deixada por Tancredo Neves para a pasta foi, segundo Sarney, Ministério dos Assuntos Fundiários.

Sarney lembrou que mais forte ainda era o estigma contra os partidos comunistas. Dante de Oliveira havia sido militante da organização esquerdista MR-8 em 1974, quando o grupo já estava integrado ao MDB e havia desistido da luta armada.

– Tancredo havia dito que a legalização desses partidos era uma questão da Justiça. Chamei ao Palácio do Planalto o Haroldo Lima, do Partido Comunista do Brasil, e todos os deputados de esquerda, à época no MDB, e tiramos uma foto para acabar com a discriminação – relatou.

A decisão de escolher Dante para ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário foi individual, contou Sarney. Nem o deputado Ulysses Guimarães, lembrou o senador, ficou sabendo de sua decisão antes de Dante ser convidado.

Sarney afirmou ainda que seu governo teve dois ministros da Reforma Agrária com os quais o destino foi injusto – o próprio Dante e Marcos Freire, morto aos 56 anos em acidente de avião.

O senador propôs – e o Plenário aprovou – requerimento para a realização de sessão especial de homenagem ao ex-governador.

Economia gaúcha sofre com valorização cambial

O senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou em Plenário que a valorização cambial tem influenciado negativamente a economia do Rio Grande do Sul, causando prejuízos a setores produtivos como o de calçados e o de máquinas agrícolas, e sendo responsável por demissões na indústria.

Ao citar números da economia gaúcha, Paim disse que o Rio Grande do Sul é o terceiro maior estado exportador brasileiro e apresenta o quarto maior produto interno bruto do país. Segundo ele, cerca de 58% das exportações gaúchas são compostas por produtos confeccionados pela mão-de-obra especializada que fomenta a geração de empregos e a distribuição de renda.

– Nas últimas décadas, o Rio Grande do Sul atendeu às necessidades do Brasil, direcionando

sua forma produtiva, a indústria, a agricultura e os serviços para a exportação, gerando divisas para o equilíbrio financeiro do país – afirmou. O senador também conclamou os atuais candidatos a cargos eletivos a apresentarem propostas que apontem caminhos para a preservação da competitividade nacional.

Segundo Paim, o debate sobre as sugestões a serem oferecidas precisa levar em conta a revisão do pacto federativo, a repactuação das dívidas dos estados e uma resolução definitiva que favoreça a desoneração das exportações.

Paulo Paim disse ainda que a dívida consolidada do Rio Grande chegou em abril deste ano a mais de R\$ 32 bilhões, apesar de o estado pagar mais de R\$ 1 bilhão por ano em juros.

Sibá critica apatia da Seleção Brasileira

Sibá Machado (PT-AC) criticou, em pronunciamento na sexta-feira, a apatia demonstrada pela Seleção Brasileira na partida da semana passada, em que foi derrotada pela França e desclassificada da Copa do Mundo de 2006.

– Acho que o que aconteceu ali merece uma avaliação mais aprofundada. Os brasileiros depositam muita expectativa na Seleção. No entanto, o que vi nos jogadores, ao final da partida, foi uma expressão de zombaria. Parecia que eles nem estavam abatidos com o resultado. Penso que o futebol tem de ter mais respeito pela consciência nacional – observou ele.

O senador questionou se valeria a pena o Brasil voltar a disputar uma Copa do Mundo com “estrelas” que nem sequer jogam no país.

Para Mesquita Júnior, Parreira poderia ser diretor do BC

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) elogiou artigo do economista Paulo Nogueira Batista Júnior que compara o desempenho da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2006 à condução da economia implementada pelo governo federal.

O texto foi publicado na última quinta-feira pelo jornal *Folha de S. Paulo*.

Na matéria, o economista sugere ironicamente que o técnico da Seleção Brasileira nesta Copa, Carlos Alberto Parreira, poderia ser nomeado para a diretoria do Banco Central, “pois lá também temos uma legião estrangeira bem menos talentosa do que a seleção de futebol, que joga feio, na retranca, bate uma bola superquadrada e está sempre afundando as esperanças do país”, leu Mesquita Júnior.

CAMPANHA - A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) admitiu em Plenário, na última sexta-feira, que irá travar uma “difícil batalha” como candidata do partido à eleição presidencial deste ano, tendo em vista que enfrentará candidatos de outras agremiações que contam com legendas mais estruturadas e mais recursos financeiros, a exemplo do PT e do PSDB.

– É muito difícil construir um partido. O PSOL talvez tenha só um minuto na propaganda eleitoral, mas vamos desmascarar a irresponsabilidade desse projeto atual de governo – declarou. Heloísa frisou, porém, que a política pode promover mudanças na sociedade, desde que a população esteja disposta a participar.

APOIO - José Sarney (PMDB-AP) reiterou, na última sexta-feira, sua posição de apoio à reeleição do presidente Lula. – Em meu ponto de vista, o PMDB deve dar apoio à reeleição em uma coalizão clara e transparente com a participação dos novos programas de governo – disse o senador, ao fazer uma avaliação positiva do governo Lula.

FLORESTAS - Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou que a criação de reservas florestais no Amazonas mereceria um estudo mais aprofundado por parte dos governos estadual e federal. – Penso que seria importante ouvir especialistas, ribeirinhos e moradores para tomar uma decisão mais acertada, com segurança administrativa e técnica – assinalou o parlamentar.

Voz do Leitor

FILAS EM BANCO

“Sugiro que se apresente um projeto de lei que vise melhorar o atendimento bancário em todo o país, propondo a obrigatoriedade nacional do que já é feito nas principais regiões metropolitanas: que os bancos sejam obrigados a atender o cliente, correntista ou não, em um determinado tempo, pois, no Brasil, o cidadão paga muito imposto e é mal atendido.”

Gleidson Alves de Queiroz, de Vitória de Santo Antão (PE)

TECNÓLOGOS

“Sugiro aos senadores que aprovelem uma lei criando o Conselho Nacional de Tecnólogos e conselhos regionais para regulamentar os novos profissionais formados em cursos tecnológicos, principalmente na área de gestão do agronegócio. O sudeste de Goiás é uma das maiores regiões produtoras de grãos do país e necessita muito desses profissionais atuando dentro da legalidade.”

Fabio Alves Leão, de Rio Verde (GO)

BOLSA FAMÍLIA

“O programa de transferência de renda do governo federal, o Bolsa Família, não apresenta propostas objetivas para a diminuição da pobreza no Brasil. Dar dinheiro às famílias deve ser feito de forma permanente, e pode até sair barato. Caro e difícil é capacitar professores, investir pesadamente na qualidade do ensino. Mas isso é o que o governo deve fazer!”

Murilo Augusto de Medeiros, de Mamanguape (PB)

CLÁUSULA DE BARREIRA

“Gostaria de pedir ao TSE

que olhe com carinho a cláusula de barreira. Sou a favor da reforma política e acho que o processo eleitoral tem, sim, que ser moralizado. Mas não é impedindo os pequenos partidos de atuar que se vai conseguir isso.”

Marcos Túlio de Oliveira, de Anápolis (GO)

MUTIRÕES

“Gostaria que os senadores incentivassem os moradores de bairros a participarem de mutirões para manter as ruas limpas.”

Sandra Maria Magalhães Bloes, do Rio de Janeiro (RJ)

FERROVIAS

“Solicito maior atenção às ferrovias do Brasil, pois o sistema ferroviário é adequado para transporte de cargas, além de diminuir o preço dos produtos e conservar as estradas brasileiras. Esse sistema é muito utilizado em países de primeiro mundo. Sugiro também que o governo federal incentive o uso desse sistema com o objetivo de tornar o preço do produto mais acessível ao consumidor.”

Cândido de Matos Gomes, de Reserva (PR)

NEPOTISMO

“Os brasileiros estão acostumados a ouvir falar sobre a importância ou o perigo das ações humanas e sua influência na formação da personalidade de um povo. Rogo para que isso aconteça também no combate ao nepotismo, e que em breve possamos ver, nos outros poderes, o que ocorreu recentemente no Judiciário, pois acredito ser o nepotismo o lado vergonhoso da política brasileira.”

José Raimundo Correia dos Santos, de Urbano Santos (MA)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

REAJUSTE PARA APOSENTADOS

Milton Cyriaco Pignataro, de Toledo (PA)

“Senador Paulo Paim, gostaria de saber se o senhor tem dúvidas para aprovar o aumento de 16,67% aos aposentados e, se tiver, o porquê.

Nós já pagamos antecipadamente para receber a aposentadoria proporcionalmente ao valor do salário da época. Hoje, se o valor pago não teve valorização na mesma proporção, a culpa não é nossa.”

O senador Paulo Paim (PT-RS) responde:

Caro Milton, o Senado Federal acaba de aprovar por unanimidade o reajuste de 16,67%, também para os aposentados que recebem mais de um salário mínimo. A matéria agora vai para a sanção do presidente da República.

Eu tenho dito que acho justo isso. Fiz a defesa do aumento da tribuna do Senado.

Quanto às fontes de recursos para cobrir as despesas com o aumento, acho que a seguridade social é superavitária. Se não fosse assim, eles não teriam inventado a Desvinculação de Receitas da União (DRU), que retira 20% da seguridade para outros fins.

Se fosse deficitária, não teriam retirado mais de R\$ 10 bilhões nos últimos dez anos, destinando esses recursos para o Poder Judiciário, o Congresso Nacional e órgãos do Poder Executivo.

Entendo que agora compete aos aposentados fazerem um apelo ao governo federal para que o presidente da República não vete o aumento, que contou com os votos de todos os senadores, e na Câmara dos Deputados teve apenas cinco votos contrários.

BOLSA ESCOLA E BOLSA FAMÍLIA

Acir da Cruz Camargo, de Ponta Grossa (PR)

“Senador Edison Lobão, qual é a verdadeira origem do Bolsa Escola e do Bolsa Família?”

O senador Edison Lobão (PFL-MA) responde:

Caro Acir, tanto o Bolsa Família como o Bolsa Escola existem desde o governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso, ainda que com outro nome e outra configuração.

O Bolsa Escola, na verdade, surgiu com outro nome, foi uma inspiração do então governador de Brasília, Cristovam Buarque.

O governo do presidente Lula considerou que se tratava de uma boa iniciativa, adaptou-a ao sistema federal e o programa foi rearrumado. Mas o fato é que o Bolsa Escola é um programa que vem do governo anterior. Do mesmo modo, o Bolsa Família também teve origem no governo anterior.

Diversas iniciativas no campo social foram concebidas no governo Fernando Henrique e outras, como o programa de distribuição do leite, foram lançadas durante o governo de José Sarney.



Frases

“O sigilo a ser mantido por 20 pessoas só acontece se 19 morrerem”

Jefferson Péres, sobre determinação da presidente do Supremo, Ellen Gracie, para que seja mantido sigilo de parlamentares investigados pela CPI dos Sanguessugas.

“Já se sente no ar a intenção de um verdadeiro massacre por parte da oposição contra membros do governo ligados ao Ministério da Saúde e demais órgãos do setor”

Sibá Machado, alertando para a possibilidade de a CPI dos Sanguessugas se transformar em palanque eleitoral.

“Precisei chorar a morte do tio José Gama para ter um sexto de um imóvel”

Heloísa Helena, candidata do PSOL à Presidência, explicando por que seu patrimônio aumentou R\$ 62.260 nos últimos quatro anos.

“Uma nação com a moral fragilizada, que começa a admitir o desmantelamento de princípios tão fundamentais como a honestidade, caminha na tênue linha que separa a grandeza da via civilizatória daquela de barbárie e autoritarismo que gerou as páginas mais negras e vis da história universal”

Iris de Araújo, sobre pesquisa da TV Globo que aponta maior interesse do público nos personagens negativos do que nos moralmente corretos.

“O PMDB já está juntinho do presidente”

Romero Jucá, reagindo às críticas da oposição à escolha de indicados pelo PMDB para os Correios.

“Não são necessários depoimentos infrutíferos, como nós já vimos em outras oportunidades, que foram um espetáculo diante da mídia”

Amir Lando, anunciando que a CPI dos Sanguessugas só ouvirá pessoas que ofereçam informações complementares.

“Dante de Oliveira tem seu nome definitivamente inscrito, com louvor, na História contemporânea do Brasil”

Arthur Virgílio, ao ressaltar a contribuição decisiva do autor da emenda das Diretas Já, que morreu na semana passada.

Foto da Semana

Na última quarta-feira, dia de intenso movimento no Plenário, mais de 50 matérias receberam aprovação, depois de quatro medidas provisórias serem votadas, desobstruindo a pauta. Por unanimidade foi aprovada a proposta de emenda constitucional que cria o Fundeb, aumentando os recursos destinados à educação básica. A matéria volta à Câmara dos Deputados



MOREIRA MARIZ

Regras eleitorais em discussão

A campanha para as eleições gerais deste ano, iniciada oficialmente em 6 de julho, está sujeita a uma série de regras destinadas a evitar excessos verificados em eleições anteriores. Foi proibida a realização de showmícios, a doação de brindes aos eleitores e a contribuição de dinheiro em espécie ou feita por instituições que recebam recursos públicos. Essas decisões do Tribunal Superior Eleitoral ainda sofrem questionamentos judiciais, a exemplo de ação movida por músicos do Distrito Federal, que querem derubar a proibição aos shows.

As novas regras são o tema do *Conexão Senado* que vai ao ar nesta segunda-feira, ao meio-

dia, pela Rádio Senado. Em seguida, às 12h30, debate sobre o assunto.

Escala Brasileira entrevista Gabriel Grossi

No sábado, às 20h, o *Escala Brasileira* entrevista o gaitista Gabriel Grossi, uma das maiores revelações recentes da música instrumental brasileira. No programa ele interpreta *Baião de Dois*, *Mulher Rendeira*, *Folhas Secas* e *Nega Manhosa*, entre outras.

Hamilton de Holanda, outro músico brasileiro, toca seu bandolim de dez cordas no *Música do Brasil*, neste sábado, às 16h. Também com o grande ícone Jacob do Bandolim, o pro-

grama apresenta duas gerações do choro brasileiro, com reprise às 11h de domingo.

Em gravação de 1959, Jacob do Bandolim toca para os ouvintes músicas como *Sons de Carrilhões*, de João Pernambuco, e *Rosa*, de Pixinguinha, entre outras. Já Hamilton de Holanda apresenta interpretações de 2004 para *Rancho Fundo*, de Ary Barroso e Lamartine Babo; *Disparada*, de Théo de Barros e Geraldo Vandré; e *Um Bite e Dez Cordas*, de sua autoria.

No domingo, às 9h, a Rádio Senado transmite, no *Autores e*



Interpretações de Hamilton de Holanda no bandolim renovaram o choro brasileiro

Livros, entrevista com Roberto da Matta, autor de importantes estudos de antropologia urbana, popularizados em livros como *Carnavais*, *Malandros e Heróis*, *A Casa e a Rua* e *Universo do Carnaval*.

Mais informações sobre a Rádio e a TV Senado, acesse www.senado.gov.br/radio e www.senado.gov.br/tv.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3

- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2

- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Video Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

- 6h - Matinas
- 7h55 - Cidadania Dia-a-dia
- 21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

- 7h - Crônicas Musicais
- 7h10 - Música e Informação
- 8h - Senado Notícias
- 8h30 - Plenário em Destaque
- 19h - Voz do Brasil
- 19h30 - Jornal do Senado
- 20h - Música e Informação
- 21h - Crônicas Musicais (reprise)
- 21h10 - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

- 14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

- 9h - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

- 7h - Música e Informação
- 9h30 - Música e Informação
- 21h - 180 anos do Senado
- 22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

- 9h - Senado Resumo
- 10h - Senado Notícias (reprise)
- 11h - Senado Resumo (reprise)
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Música e Informação
- 18h - Senado Resumo
- 20h - Reportagem Especial
- 23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

- 8h - Encontros com a Música Brasileira
- 9h - Prosa e Verso
- 10h - Especial (reprise)
- 11h - Música Erudita
- 12h - Senado Resumo (reprise)
- 13h40 - Música e Informação
- 15h - Autores e Livros
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 18h - Improviso Jazz
- 19h - Senado Resumo (reprise)
- 20h - Escala Brasileira

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros (reprise)
- 11h - Música do Brasil
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Prosa e Verso
- 17h - Reportagem Especial (reprise)
- 18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
- 20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

SENADO

Livro discute desafios da comunicação no Brasil

Com a presença dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, da Câmara, Aldo Rebelo, e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Marco Aurélio Mello, o Conselho de Comunicação Nacional (CCS) lançou na terça-feira o livro *Os Desafios da Comunicação Social no Brasil*. A publicação é uma coletânea de textos elaborados a partir das notas taquigráficas dos debates realizados pelo conselho de janeiro de 2005 a abril deste ano.

Em discurso durante o lançamento, Marco Maciel (PFL-PE)

afirmou que o livro é um documento essencial para a compreensão da comunicação social no país. Por sua vez, Roberto Saturnino (PT-RJ), ao lembrar o aniversário de 70 anos da Rádio MEC, chamou atenção para o papel do rádio na unificação nacional da língua brasileira.

No capítulo sobre a “Ética e a comunicação”, o ministro Marco Aurélio registra que o artigo 5º da Constituição assegura a todos o acesso à informação, protegendo o sigilo da fonte quando necessário ao resguardo do exercício profissional.

JANE ARAÚJO



Renan (C), ao lado de Rebelo, recebe de Arnaldo Niskier exemplar da obra lançada pelo Conselho de Comunicação Nacional

Na apresentação da obra, o presidente do conselho, Arnaldo Niskier, disse que os avanços tecnológicos criam a necessidade de repensar as leis e as normas que regulamentam a comunicação no país. No texto, ele informa que existem 15 milhões de antenas parabólicas transmitindo programação aberta.

– É forçoso lembrar que não podemos ficar à mercê de conteúdos originados de países que não conhecem a nossa realidade e menosprezam as nossas leis

– declara Arnaldo Niskier na apresentação do livro.

A coletânea do Conselho de Comunicação é dedicada à memória do ex-integrante do colegiado, o jornalista gaúcho Daniel Herz, falecido no dia 30 de maio.

Na solenidade, que também teve a presença do diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, Niskier agradeceu o empenho do secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva, no sentido de viabilizar a publicação do livro.

Especialista prevê divisão regional nas eleições

Ao contrário das últimas eleições, a deste ano poderá ser marcada por uma forte divisão regional e socioeconômica. Essa afirmação foi feita por Alberto Carlos Almeida, diretor do instituto de pesquisas Ipsos, durante palestra feita na Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), em Brasília. Como exemplo, ele citou o caso da eleição do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, “cuja votação em 2002 foi muito bem distribuída entre as classes sociais, mas

que neste ano deverá obter votação muito mais expressiva entre os mais pobres”.

Quanto à questão regional, Almeida lembrou que, nos pleitos de 1989 (vencido por Fernando Collor de Mello), 1994 e 1998 (Fernando Henrique Cardoso) e 2002 (Luiz Inácio Lula da Silva), os candidatos eleitos venceram em quase todos os estados. Mas, desta vez, ressaltou ele, poderá haver uma clara divisão entre os votos provenientes do Nordeste – onde Lula lideraria as pesquisas

de intenção de voto – e os oriundos das outras regiões do país.

Almeida contrastou as eleições presidenciais brasileiras com as dos Estados Unidos – país onde, frisou ele, há uma divisão de votos entre republicanos e democratas que se manifesta ao longo do território.

– Lá existe uma polarização ideológica maior. *Grosso modo*, o meio dos Estados Unidos vota nos republicanos, e as duas costas litorâneas nos democratas – declarou.

Aconteceu no Senado

Lei Falcão, a resposta dos militares à vitória da oposição

Na última década do período militar, com a liberdade de expressão cerceada, o Congresso aprovou a Lei 6.339, em julho de 1976 – conhecida como Lei Falcão, proposta pelo então ministro da Justiça, Armando Falcão –, que estabelecia limites para a propaganda eleitoral nos municípios e estados brasileiros.

A lei modificou o artigo 250 do Código Eleitoral para restringir a propaganda para as eleições municipais, em que só seria permitido aos candidatos mencionar a legenda, o currículo e o número do registro. Foi possível também divulgar pela televisão as fotografias dos candidatos, além do horário e local dos comícios.

A medida foi considerada uma resposta ao crescimento das oposições, registrado nas eleições de 1974, quando pela primei-

ra vez o MDB venceu a Arena. A Lei Falcão só foi revogada em outubro de 1984, com a liberação da propaganda eleitoral na TV tal como é feita nos dias de hoje. Desde então, todas as disposições sobre propaganda gratuita são reguladas por legislação própria.

O debate sobre a Lei Falcão foi intenso no Senado. Para o então senador Franco Montoro (MDB-SP), a lei eliminou da campanha o debate político e, “pretendendo eliminar a discriminação, não o fez, introduzindo outra de maior gravidade”.

– A discriminação está feita de forma odiosa – afirmou o então senador por São Paulo. Na opinião de Franco Montoro, os eleitores nas capitais, por conta da campanha estadual, poderiam ouvir

ROQUE SÁ



Restrições impostas à propaganda eleitoral tiveram o objetivo de limitar o debate político, mas não evitaram intensas discussões no Plenário do Senado

seus candidatos, diferentemente do que aconteceria nos demais municípios.

Já o senador Jarbas Passarinho (Arena-PA) não concordava com essa visão.

– A lei não proíbe que o programa partidário possa ser discutido. O que foi eliminado é a propaganda política, os assuntos correlacionados à propaganda

de cada candidato – dizia Passarinho.

Depois de ouvir críticas de vários parlamentares – um deles sugeriu até mesmo que a lei se chamasse Falcão-Passarinho –, o senador da Arena alfinetou:

– Vossa excelência pode usar meu passarinho à vontade que não me constrange.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papatão Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.

Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula

Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.
Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Morais e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Registro é garantia para os autores

A Lei do Direito Autoral (9.610/98) protege as obras intelectuais, também chamadas de “obras do espírito”, feitas por qualquer meio, independentemente de registro, seguindo o previsto na Convenção de Berna, tratado que estabelece as diretrizes internacionais para os direitos autorais.

No entanto, é melhor registrar a obra para ter mais segurança diante da possibilidade de outras pessoas virem a alterar, reproduzir ou comercializá-la.

Obras literárias e músicas, assim como desenhos, *websites* e outros trabalhos que sejam impressos podem ser registrados na Fundação Biblioteca

Nacional. Na Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro apenas músicas são registradas.

É importante saber que essas instituições não têm a responsabilidade de investigar a autoria da obra e atuam de acordo com o princípio de que o solicitante do registro fala a verdade quando diz que é o autor. Por isso a obra deve ser registrada o mais rápido possível, para evitar que outros que tiverem acesso a ela o façam e seja necessário discutir na Justiça a autoria.

Nesta edição do *Especial Cidadania*, você confere como registrar músicas e obras literárias para proteger seus direitos.



ANA VOLUPE

Com ou sem letra, a composição de músicas é “obra do espírito” que gera direitos de criação

Trabalhos protegidos pelo direito autoral

▶ Textos literários, artísticos, científicos, didáticos, pedagógicos e religiosos.

▶ Revistas, jornais, periódicos.

▶ Conferências, discursos, sermões.

▶ Texto de peças de teatro, roteiros de cinema e de TV.

▶ Músicas, com ou sem letra.

▶ Adaptações, traduções e outras transformações de obras

originais, apresentadas como criação intelectual nova.

▶ Coletâneas, antologias, enciclopédias, dicionários, bases de dados e outras obras, que, por sua seleção ou organização, constituam criação intelectual.

O direito autoral não protege as idéias de forma isolada, e sim a obra que expressa essas idéias. Assim, o autor do livro tem direitos sobre o livro em si, mas não

sobre as idéias expressas nele.

Além das idéias, não são protegidos: procedimentos normativos, sistemas, métodos, projetos e conceitos matemáticos, como esquemas para realizar atos mentais, jogos ou negócios; formulários; textos de tratados, convenções, leis, decretos, decisões judiciais e atos oficiais; calendários, agendas, cadastros; nomes e títulos isolados.

Saiba, passo a passo, como obter o certificado

Veja os procedimentos para registrar obras literárias e músicas

1. Obras e músicas na Biblioteca Nacional

▶ Imprima uma cópia legível da obra, numere as páginas, rubrique cada uma delas e encadernar (guarde com você o original).

▶ Imprima o formulário de requerimento oferecido na página da Biblioteca Nacional (www.bn.br) ou pegue um na sede da biblioteca ou nas suas representações estaduais (*ver endereços*).

▶ Preencha em letra de fôrma com cuidado, coloque a data e assinie igual à sua assinatura na carteira de identidade. Em caso de mais de um autor, todos os co-autores devem rubricar as páginas e assinar o requerimento.

▶ Pague a taxa relativa ao seu pedido e obtenha o comprovante de pagamento.

▶ Faça uma cópia da sua identidade e do seu CPF.

▶ Envie tudo para: Rua da

Imprensa, 16 – 12º andar, sala 1.205, Castelo – Rio de Janeiro (RJ) – CEP 20030-120.

▶ **Músicas** – Não esqueça de colocar na capa da encadernação um título para o conjunto de letras que quer registrar e um índice relacionando os títulos das letras. Já para registrar partituras, deve ser feito um pedido separado para cada uma. Assim, se deseja registrar uma partitura de uma música com letra, deve enviar dois pedidos: um para a partitura, outro para a letra.

▶ **Websites** – Apenas a disposição dos elementos e a aparência dos *sites* são protegidos pelos direitos autorais. Os programas, a parte lógica do *site*, são propriedade industrial e devem ser registrados no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi). Imprima, encadernar e envie as páginas do *site* para registro exa-

tamente como as letras de música. Lembre-se que o conteúdo, como artigos, conferências, pesquisas, poesias etc. devem ser registrados separadamente.

2. Músicas na Escola de Música da UFRJ

▶ Imprima o formulário de requerimento oferecido no *site* da Escola de Música (www.musica.ufrj.br). Preencha em duas vias.

▶ Anexe cópia da letra e da partitura assinadas pelos parceiros.

▶ Junte o comprovante de pagamento da taxa de R\$ 10 para cada música (depósito na conta corrente 7.333-4 da agência 0287-9 do Banco do Brasil ou cheque nominal à Fundação Universitária José Bonifácio, com o código de identificação bancária 5842-4).

▶ Entregue ou envie tudo para a Escola de Música da UFRJ (*veja endereço abaixo*). A instituição envia o certificado pelo correio.

Criador tem direito moral e patrimonial sobre sua obra

A lei assegura ao autor de trabalhos intelectuais e artísticos duas espécies de direitos. Veja abaixo.

Morais

a) reivindicar, a qualquer tempo, a autoria da obra;

b) ter seu nome ou pseudônimo indicado como sendo o do autor, na reprodução ou utilização de sua obra;

c) conservar a obra inédita;

d) assegurar a integridade da obra, opondo-se a quaisquer modificações;

e) modificar a obra, antes ou depois de publicada;

f) retirar de circulação a obra ou suspender uso já autorizado, se isso implicar afronta à sua reputação e imagem.

Os direitos morais são inalienáveis e irrenunciáveis, ou seja, não podem ser transferidos para outra pessoa mesmo que o autor queira. Em caso de morte, os direitos relacionados nos itens de “a” a “d” passam aos herdeiros, sem prazo de prescrição.

Patrimoniais

Os direitos patrimoniais do autor passam aos herdeiros e perduram por 70 anos, contados de 1º de janeiro do ano seguinte ao da sua morte, e podem ser transferidos/vendidos a outra pessoa, o chamado titular de direitos, que não pode aparecer como autor (direito moral

intransferível). São direitos patrimoniais:

▶ usufruir e dispor da obra, autorizando ou não a sua utilização;

▶ colocar à disposição do público a obra, na forma, local e pelo tempo que desejar, cobrando ou não por isso;

▶ receber, no mínimo, 5% sobre o aumento do preço em cada revenda de obra de arte ou manuscrito original.

Depois de 70 anos da morte do autor a obra passa ao domínio público e aí cabe ao Estado defender sua integridade e autoria, assim como das obras de autores falecidos sem herdeiros e das de autor desconhecido. Se o autor tiver revisto e dado à obra sua versão definitiva, os herdeiros não podem reproduzir versões anteriores. O cônjuge não tem direito sobre as obras do autor, apenas sobre a sua exploração, salvo se houver pacto antenupcial em contrário.

Tratando-se de obra anônima, aquele que a publica exerce os direitos patrimoniais de autor.

Ninguém pode reproduzir obra que não pertença ao domínio público sem permissão do autor, nem mesmo a pretexto de comentá-la ou melhorá-la.

Endereços para registrar obras literárias, *websites* e músicas com ou sem letra

Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rua do Passeio, 98 – Lapa
Rio de Janeiro (RJ)
CEP 20021-290 – (21) 2532-4649
www.musica.ufrj.br

Escritório de Direitos Autorais (EDA)
Rua da Imprensa, 16 – 12º andar – sala 1.205 – Palácio Gustavo Capanema – Castelo
Rio de Janeiro (RJ) – CEP 20030-120 – (21) 2220-0039/2262-0017/2240 9179
www.bn.br

Fundação Biblioteca Nacional
Av. Rio Branco, 219
Rio de Janeiro (RJ)
CEP 20040-008 – (21) 3095-3879
www.bn.br

Representações estaduais
Biblioteca Estadual Elcy Lacerda
Rua São José, 1800
Macapá (AP) – CEP 68900-110

Biblioteca Pública do Estado da Bahia
Rua General Labatut, 27 – 3º andar – Barris – Salvador (BA)
CEP 40070-100
www.dibip.ba.gov.br

Biblioteca Demonstrativa de Brasília – BDB
EQS 506/507 – Asa Sul
Brasília (DF) – CEP 70350-580
(61) 443-5669/443-0852/443-5682
www.bdb.org.br

Universidade Federal do Espírito Santo
Av. Fernando Ferrari, s/n
– Goiabeiras – Vitória (ES)

CEP 29060-900
(27) 335-2370/335-2375

Biblioteca Pública do Estado de Minas Gerais
Praça da Liberdade, 21 – sala 303 – Funcionários – Belo Horizonte (MG) – CEP 30140-010
(31) 3269-1166 – Ramal: 110

Universidade de Cuiabá
Av. Beira-Rio, 3.100 – Bloco F Jardim Europa – Cuiabá (MT)
CEP 78015-480
(65) 615-1261/615-1176/615-1177

Biblioteca Pública Estadual Presidente Castelo Branco
Rua João Lira, s/n – Santo Amaro Recife (PE) – CEP 50050-550
(81) 3423-8446

Biblioteca Pública Câmara Cascudo

Rua Pontengi, 535 – Bairro Petrópolis – Natal (RN)
CEP 59020-030
(84) 221-6153

Universidade do Estado de Santa Catarina – Reitoria
Av. Madre Benventura, 2007 Itacorubi – Florianópolis (SC)
CEP 88035-001
(48) 231-1590
www.udesc.br/udesc-eda

Universidade Federal de Sergipe – Biblioteca Central
Cidade Universitária Prof. José Aluísio de Campos
São Cristóvão (SE)
CEP 49100-000
(79) 212-6521/212-6528

Em São Paulo (SP)
Alameda Nothmann, 1058 – Campos Elíseos

CEP 01216-001
(11) 3826-0044/3825-5249

Universidade do Estado do Rio Grande do Sul – Biblioteca Central
Av. Paulo Gama, 110 – Térreo Porto Alegre (RS)
CEP 90040-060
(51) 316-3402
www.biblioteca.ufrgs.br

Universidade Federal do Pará
Campos Universitário do Guamá – Prédio da Reitoria
Av. Augusto Corrêa, 1 – 2º andar Belém (PA) – 66075-900
(91) 211-1436
www.prosp.ufpa.br/spi/index

Biblioteca Pública do Paraná
Rua Cândido Lopes, 133 – Centro Curitiba (PR) – CEP 80020-901
(41) 322-9800/224-0575
Ramais: 4865/4866